

## **ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS BRASIL E PORTUGAL: novas configurações. desafios do presente**

**Alba Maria Pinho de Carvalho**

Universidade Federal do Ceará (UFC)

**Maria Manuel Baptista**

Universidade de Aveiro

**Maria Michol Pinho de Carvalho**

Universidade de Aveiro

**Irlene Menezes Graça**

Universidade de Aveiro

### **ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E PORTUGAL: novas configurações e desafios do presente**

**Resumo:** O presente texto desenvolve análises sobre novas configurações do Estado nos marcos da mundialização com dominância financeira, focalizando os contextos europeu e latino-americano. Tem como eixo analítico a tese do neointervencionismo estatal, argumentando ser o Estado um dos pilares do sistema capitalista. Demarca as expressões veladas ou explícitas da intervenção do Estado nas três últimas décadas. Discute o paradoxo do “regresso do Estado sem partida”, delineando as distintas materializações da volta do Estado à cena pública. Neste contexto analítico, configura as marcas contemporâneas e as tendências emergentes das Políticas Públicas, enfocando delineamentos das políticas de educação e cultura em Portugal.

**Palavras-chave:** Sistema do capital, Estado, intervenção, contraditoriedade, políticas públicas.

### **STATE AND PUBLIC POLICIES IN BRAZIL AND PORTUGAL: new patterns, present challenges**

**Abstract:** This paper develops analyses on new configurations related to the State within the realm of world financial dominance, highlighting European and Latin-American scenarios. It has as its analytical axis the thesis of the State's new interventionism arguing that the State is one of the supporting pillars of capitalism. It fixes the limits for veiled or explicit expressions related to State intervention in the last three decades. It discusses the paradox known as “the return of a State that has not taken off”, delineating distinct materializations of the State's return to the scene. Within this analytical context, it configures contemporary emerging marks and trends of Public Policies focusing on the shaping of policies for education and culture in Portugal.

**Keywords:** Capital dominated system, State, intervention, contradictoriness, public policies.

Recebido em 13.04.2009. Aprovado em 16.06.2009

## 1 CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL EM TEMPOS CONTEMPORÂNEOS: intervenção decisiva do estado nos circuitos da mundialização.

Ao longo dos últimos trinta anos, mais precisamente, as três últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI, tem-se, em curso, um novo momento no interior da civilização do capital, com transformações nos padrões de organização da vida social que se difundem na economia, na política e na cultura. A chamada Revolução Técnico-científica propiciou a emergência de novas conexões de tempo e espaço, a partir da mediação das máquinas no cotidiano, instituindo novas formas de viver e conviver. O virtual passa a dominar os espaços da vida!...

Fundado nos circuitos cibernético-informacionais, o sistema do capital encarna novas formas de acumulação e valorização, agravando e ampliando contradições, assimetrias, apartações e desigualdades. São mais de três décadas de “mundialização com dominância financeira” (CHESNAIS, 2005). A expansão sem limites da riqueza abstrata, em suas “ficções numéricas”, nos processos de acumulação rentista – *dinheiro a fazer render mais dinheiro, precisamente, D – D’, nas formulações marxianas* (MARX, 1983) – chega a extremos, consubstanciando a incontrolável dominação do “fetichismo do dinheiro”, em um processo de mistificação que marca “o espírito dos tempos contemporâneos” (BENJAMIN, 2004).

A civilização do capital, no contexto da Tecnociência, acirra e torna-se mais visível a contradição fundamental, assinalada por Marx, nos Grundrisse (1971): a crescente substituição do trabalho vivo de homens e mulheres (*trabalho humano direto*) pelo trabalho morto, objetivado nas máquinas. Hoje, as chamadas “máquinas inteligentes” mostram-se imprescindíveis aos processos de acumulação capitalista, intensificando a subsunção do trabalhador ao capital. É a dinâmica expansionista ilimitada do capital que bem se materializa como “contradição em processo” (MARX, 1971). Assim, como marca, por excelência, do capitalismo no tempo presente, gesta-se um crescente contingente de “trabalhadores supérfluos”, tentando equilibrar-se no “fio da navalha” das exclusões e inclusões precárias (CARVALHO; GUERRA, 2008). É o que Zigmunt Bauman (2005) define como “produção do refugio humano”: *seres humanos refugados como produto inevitável da nossa sociedade*.

O sistema do capital, em sua lógica de expansão incontrolável e predatória, que ignora as necessidades humanas, revela, com indiferença, sua incapacidade de incluir esse “refugio humano”, essa “população sobran-

gerando uma “coletividade de despojados”. Avalia István Mészáros (1997, p.152):

o sistema de controle do metabolismo social atingiu um estágio em que lhe é necessário expulsar centenas de milhões de indivíduos do processo de reprodução social (do próprio processo de trabalho) [...]um sistema de reprodução não pode se autocondenar mais enfaticamente do que quanto atinge o ponto em que as pessoas se tornam supérfluas ao seu modo de funcionamento. Esta não é uma projeção para o futuro [...] é a gritante realidade mundial e o rumo, negativo e do qual não se escapa do avanço do capitalismo

Neste contexto contemporâneo da civilização do capital, a “pedra de toque” são as novas formas de dominação social a assumir configurações peculiares: são formas de dominação cada vez mais abstratas, impessoais, perversamente sutis, mas objetivamente generalizantes a difundir-se na civilização do capital, adentrando em domínios não considerados como capitalistas. É um padrão de dominação abstrata, polifacetada que se apresenta indefinida, não permitindo perceber quem domina e quem é dominado. Em verdade, é um metabolismo social, regido pela lógica de mercantilização sem limites, com a universalização da lei valor, submetendo, mais e mais, dimensões da vida coletiva - culturais, espirituais e simbólicas - e da natureza ao predomínio do valor de troca. Tal metabolismo social faz sentir seu peso, seu poder, seu domínio como uma forma estrutural que se mostra como alheia aos indivíduos e a todos aprisiona (CARVALHO, 2009a; 2009c). Este padrão de dominação social abstrata, sutil, indefinida do sistema do capital, articula-se, na contemporaneidade, com as formas de opressão, de discriminação, de exclusão, de expropriação da humanidade no âmbito do racismo, do sexismo, da religião, a encarnar um neocolonialismo. É a hibridização das novas formas de domínio do capital com as formas da opressão da colonialidade do poder, a impor modos de vida, formas de sociabilidade, permeados por riscos e inseguranças (CARVALHO, 2009c).

Em verdade, nos circuitos contraditórios do sistema do capital na atualidade, a instabilidade e a fluidez afirmam-se como marcos do tempo presente que Zigmunt Bauman (2001; 2004), em sua crítica radical, circunscreve como “Modernidade Líquida”<sup>1</sup>: nova fase da modernidade a encarnar uma visão individualizada e privatizada nos percursos da chamada “globalização”. É um novo momento da civilização do capital que se caracteriza por extraordinária mobilidade e desregulamentação, volatilidade, descentralização e desenraizamento,

com a liquefação dos padrões de dependência e interação. É uma fase radicalmente temporária, sem perspectiva de permanência e de processos de longa duração (BAUMAN, 2004). É a era histórica do presente, marcada pelo derretimento dos elos que entrelaçam as escolhas individuais e os projetos de ação coletiva ou, mais precisamente, pelo derretimento dos padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente e as ações políticas de coletividades humanas (BAUMAN, 2001). A rigor, esta “modernidade líquida” é perpassada de riscos de natureza distinta a que todos estão expostos, mas que não são visíveis e não podem ser tocados e sentidos. São riscos difusos e globais que ameaçam a Humanidade, com profunda capacidade de mudanças na condição da vida humana (BAUMAN, 2004).

Neste contexto de liquidez, instabilidades e fluidez irrompe, no final da primeira década do século XXI, uma crise econômico – financeira mundial que atinge a Humanidade. Institui-se uma “fenomenologia da crise”, tentando entender e explicar o derretimento e liquefação do capital a partir do “coração do Império”. Em verdade, essa crise que abala os centros dominantes do sistema capitalista, é apenas a ponta de um iceberg ao constituir a expressão de uma crise estrutural do capital, de caráter sistêmico e de amplitude global, que se espalha em múltiplas dimensões: crise climática, crise alimentar, crise energética; crise social... Avalia Mészáros (2009, p.130-133):

Agora estamos falando de crise estrutural do sistema que se estende por toda parte e viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais de sobrevivência humana [...] A crise atual é profunda [...] essa não é apenas a maior crise de história humana, mas a maior crise em todos os sentidos.

Em meio a crises a fazer ruir e “cair por terra” a apologética que pregava a “eternização do capital”, guiado pela “mão invisível do mercado”, a questão do Estado ganha centralidade na cena pública. Afirmar-se, com clareza e nitidez, o intervencionismo estatal para manter e reproduzir o sistema do capital. Neste sentido, István Mészáros é categórico: “o sistema capitalista não sobrevive um dia sequer, sem uma das múltiplas formas de intervenção massiva do Estado” (MÉSZÁROS, 1997). Inegavelmente, o Estado é um dos elementos do núcleo constitutivo do sistema de sociometabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2002), atuando, de formas específicas e peculiares, nos diferentes momentos de desenvolvimento da civilização do capital<sup>2</sup>. Arigor, o Estado ajusta a sua intervenção

às distintas exigências do sistema do capital, em suas diferentes fases, desenvolvendo um neointervencionismo estatal, funcional ao padrão de acumulação e formas de valorização do capital nos circuitos de sua mundialização.

Para além das prescrições neoliberais de “saída do Estado”, “Estado Mínimo” e da “falsa disfunção Estado/Mercado”, o Estado Contemporâneo, ao longo dos últimos trinta anos, intervém, de forma decisiva, na expansão ilimitada e predatória do capital. É o “Estado Ajustador” no contexto da Democracia, a assumir diferentes configurações históricas nos distintos ciclos de ajuste à nova ordem do capital mundializado. Os Estados Centrais configuram-se como “Estados Ajustadores de Concorrência”, a perseguir uma “política do lugar ótimo”, transformando suas estruturas e o eixo de suas políticas a serviço da valorização do capital transnacional (HIRSCH, 2003). Na América Latina, os Estados, no interior de ciclos de ajuste subordinados e dependentes - consubstanciados no chamado “Consenso de Washington” - transformam-se em “Estados Ajustadores no gerenciamento da valorização do capital financeiro”, sem conseguir tirar a devida contrapartida desse privilegiamento da rentabilidade do capital financeiro<sup>3</sup> (COSTILLA, 2003). De fato, é um padrão de “neointervencionismo estatal” que a difusão da doutrina neoliberal conseguia, na aparência, camuflar com o “mito do livre mercado” e sua regulação onipresente.

Neste final da primeira década dos anos 2000, o contexto da crise econômico-financeira global dissemina a compreensão de que o “livre-mercado” só existe e atua porque o Estado garante institucionalidade para que possa agir assim. De fato, o Estado não se retira e deixa o espaço público para ser ocupado pelas “personas do capital”. É o Estado que garante as condições e respalda as distintas formas de ação de tais “personas” que encarnam os interesses do capital, nos distintos momentos e conjunturas (CACCIA, BAVA, 2009).

Assim, ao longo dos circuitos de mundialização do capital, nos últimos trinta anos, “não há um abandono do Estado e, sim, uma orientação do Estado para garantir esse funcionamento do livre mercado. O Estado não é mínimo nunca foi e não diminui nada diante do neoliberalismo” (CACCIA, BAVA, 2010, p.2). Em verdade, o Estado garantiu as regras de operação nos circuitos de expansão do capital, constituindo-se “um aparato que obedece um projeto de desenvolvimento das forças políticas que o estão controlando” (Id. ibid.)

Cabe avaliar o intervencionismo do Estado em suas expressões contemporâneas, adentrando nesse intervencionismo estatal, em meio aos processos de afirmação da Democracia, como

sistema de governo que se difunde na civilização do capital.

## 2 ESTADO “AJUSTA-SE E AJUSTA”: o neointervencionismo estatal em suas distintas configurações.

No contexto da civilização mundializada do capital, o Estado encarna a sua condição de um dos pilares do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002), intervindo, de forma decisiva, para viabilizar os processos de acumulação do capital, nos marcos da mundialização com dominância financeira. Nesta intervenção, o Estado redefine-se, assumindo novas configurações. É o que bem sintetiza Luis Fiori (1997): o “*Estado ajusta-se e ajusta*”, assumindo uma “*nova cara e a mesma alma*”. Em verdade, o Estado reformata-se para ajustar-se aos fluxos mundializados do capital, em atendimento às suas exigências estratégicas, efetivando o que os ideólogos do sistema do capital cunharam como “*Reforma do Estado*”<sup>4</sup> (CARVALHO, 2006).

Encarnando a lógica da mercantilização nos processos de expansão sem limites do capital mundializado, o Estado efetiva o desmonte dos sistemas de seguridade social, desconsiderando direitos e desarticulando conquistas das maiorias trabalhadoras que se veem empurradas, sempre mais, para a privatização de serviços de educação, de saúde, de habitação, de segurança e/ou sobrevivem em meio a vulnerabilidades e riscos, sem contar com redes de proteção social. De fato, durante trinta anos, o Estado, em seus diferentes contextos e situações, aplica uma “*reforma*”, cujo sentido o Editorial do “*Le Monde Diplomatique*”, edição portuguesa de Abril de 2009, bem demarca, ao contrapor esta postura estatal, ao longo das três últimas décadas, de desmonte no social e aparente “*saída de cena*” com a sua recente intervenção, pronta e incisiva, para salvar bancos, preservando os interesses do capital. Diz Sérgio Hamili (2008) nesse editorial:

Durante trinta anos, o mais leve esboço de qualquer alteração dos fundamentos da ordem liberal, para, por exemplo, melhorar as condições de vida da maioria da população, teve contudo o mesmo tipo de resposta: isso é tudo muito arcaico; então não sabem que o Muro de Berlim já caiu? E durante trinta anos a «reforma» foi aplicada, mas noutro sentido. No de uma revolução conservadora que entregou à finança fatias cada vez mais espessas e suculentas do bem comum, como os serviços públicos privatizados e metamorfoseados em máquinas de *cash* «criadoras de valor» para os accionistas. No duma liberalização das trocas comerciais que atacou os salários e a protecção

social, obrigando dezenas de milhões de pessoas a endividarem-se para preservar o seu poder de compra, a «investirem» (na Bolsa, em seguros) para garantir a educação, prever a doença, preparar a aposentação. Desse modo, a deflação salarial e a erosão das protecções sociais criaram e fortaleceram a desmesura financeira. (grifos nossos).

Para legitimar este perverso desmonte dos sistemas de seguridade social, no âmbito de reformas estatais ajustadoras, a ideologia neoliberal propaga a tese da “*falência do Estado Social*”, vinculando esta configuração de Estado a concepções arcaicas e sem sentido nos tempos contemporâneos.

Na Europa, os *Estados Ajustadores de Concorrência*, funcionais à expansão capitalista, desmontam, progressivamente, o “*chamado modelo social europeu*”, fragilizando, assim, suas formas de regulação frente à Questão Social que se agrava e se complexifica. Assim, manifesta-se a “*indiferença*” do Estado face às populações europeias, atingidas pelas reconfigurações da pobreza - sobremodo pela via da precarização do mundo do trabalho - destituída de direitos, sem a cobertura da rede de proteção social.

Boaventura de Sousa Santos (2008) avalia que, com esta destruição do modelo social – a transformar o trabalhador em mero fator de produção e o imigrante em criminoso ou cidadão de fachada – está a assolar a Europa, nas próximas décadas, um “*terremoto de longa duração*”, uma convulsão social e política, com novas formas de protesto social, muitas delas desconhecidas no século XX.

Especificamente na América Latina, marcada por processos de “*regulação social tardia*” (SPOSATI, 2003)<sup>5</sup>, com direitos sociais tardiamente reconhecidos, no último quartel do século XX, em uma peculiar articulação entre democracia e direitos, o Estado, em suas reformas ajustadoras, destitui “*sistemas de seguridade social em processo*”, inviabilizando e/ou comprometendo a implementação de determinadas políticas amplas e abrangentes conquistadas nas lutas dos Movimentos Sociais. Assim, em países latino-americanos, particularmente o Brasil, constata-se, em meio a processos de ajuste à nova ordem do capital, a existência de uma distância entre o perfil legal e institucional – consubstanciado em avançados sistemas de proteção social – e as condições reais da população que permanece excluída do alcance efetivo do que foi democraticamente conquistado e disposto em lei. São “*direitos de papel*” que não passam nem pelas institucionalidades, nem pelos orçamentos públicos, configurando-se, então, como exigência histórica, a luta incessante dos movimentos sociais pela inclusão na agenda



pública de necessidades de maiorias e de minorias.

É preciso ter claro que o desmonte de sistemas de seguridade social – quer sistemas instituídos nos diferentes modelos de “*Welfare State*”, nos chamados Estados Centrais, quer sistemas em processos nos países que vivenciam uma “regulação tardia”, como Estados Latino-americanos – é uma das expressões do que denominamos de “*neointervencionismo estatal*”, ou seja, os novos padrões de intervenção do Estado neste momento contemporâneo da civilização do capital que vem se constituindo nos últimos trinta anos.

Para compreender este neointervencionismo estatal em tempos contemporâneos, uma chave analítica é buscar perceber as suas configurações peculiares ao longo das três últimas décadas. Neste sentido, identificamos duas configurações básicas de intervenção estatal nos processos de mundialização com dominância financeira: a primeira é o “*neointervencionismo velado*” no âmbito da dominância de ideologia neoliberal e sua mitologia do livre mercado; a segunda é o “*neointervencionismo explícito*” nos percursos das crises do capital no tempo presente acarretando o “*debacle*” da doutrina neoliberal e a desmistificação do propalado livre mercado.

O “*neointervencionismo velado*” é predominante no final dos anos 80 e primeira metade da década de 90 e, nele, o Estado não tem visibilidade na cena pública como ator decisivo, aparecendo como um, dentre outros atores. Já o “*neointervencionismo explícito*” vem se gestando a partir da segunda metade da década de 90, na esteira das crises consecutivas dos modelos de ajuste, culminando com a crise econômico-financeira mundial que irrompe em 2008. Consubstancia-se na volta do Estado à cena pública como ator decisivo. Como um desafio analítico do presente, interessa-nos adentrar nas expressões do neointervencionismo explícito que estamos a viver ao final desta primeira década dos anos 2000, considerando a contraditoriedade constitutiva do Estado na civilização contemporânea do capital. Assim, buscamos delinear o perfil dominante deste Estado na esteira da chamada “*crise global*”, em suas múltiplas expressões, com o olhar também atento para outras configurações estatais emergentes em contextos de lutas emancipatórias no tempo presente<sup>6</sup>.

### 3 “ESTADO EM CENA” NO CENÁRIO DE CRISES DO SISTEMA DO CAPITAL: o paradoxo do “regresso sem partida”

A crise que irrompe no cenário mundial em 2008 constitui em um “*momento decisivo deste século XXI, no qual tudo que parecia sólido se liquefaz, encontrando-se o capitalismo em*

*forte processo de liquefação*” (ANTUNES, 2009, p.11). De fato, sob os escombros fluidos do derretimento e liquidez do capital em crise, os governos dos Estados Unidos, da Europa e de tantas outras partes do mundo parecem redescobrir o “*estatismo todo privatizado*” (ANTUNES, 2009), fazendo ressurgir o remédio neokeynesiano sepultado nas últimas três décadas pelos arautos do neoliberalismo, “*fiéis devotos do livre mercado*”. Em verdade, o neointervencionismo do Estado se faz explícito, declarado e reconhecido como caminho de salvação. Avalia Ricardo Antunes que os governos dos países em crise fazem ressurgir o remédio do neokeysianismo como “*salvação para o verdadeiro caminho da servidão, ou seja, a sujeição da humanidade aos desígnios da lógica destrutiva do capitalismo e, em particular, de seu pólo hegemônico financeiro*” (2009, p.9).

O discurso dominante no final da primeira década do século XXI proclama o “*regresso do Estado*”, ou seja, a volta do Estado como ator importante e decisivo. A pedra de toque no desvendamento deste momento na civilização do capital é ter clareza que o neointervencionismo do Estado – hoje, explícito nos circuitos de crise e, velado, no passado recente de dominância neoliberal – constitui elemento decisivo nos processos de acumulação e valorização do capital nos percursos da mundialização e seus ciclos de ajuste. Logo, o alardeado regresso do Estado é um falso regresso, ou melhor dizendo, encarna o paradoxo do “*regresso sem partida*”<sup>7</sup> (CARVALHO, 2009c).

A rigor, a proclamação de tal regresso não é senão “*a volta do Estado ao centro da cena pública*”, a partir do desmonte da mitologia neoliberal do “*livre mercado a regular a vida social*”. É o reconhecimento público, pelo discurso dominante, de “*ser o Estado solução e não problema*”, como apregoava o credo neoliberal, ao demonizar o Estado como fonte de todos os males (SANTOS, 2006, 2008). Logo, este declarado “*regresso do Estado*” revela o “*debacle*” da “*era do neoliberalismo*”, indicando mudanças significativas no exercício do controle social pelo sistema do capital. Boaventura de Sousa Santos afirma que estamos ante uma “*nova globalização pós-neoliberal*” (SANTOS, 2008).

Nesse cenário de crises que bem revelam a instabilidade e vulnerabilidades do capitalismo mundializado – outrora, proclamado pelos “*profetas neoliberais*” como “*o padrão contemporâneo*”, vitorioso, a dominar sem paralelos, encarnando o “*fim da História*” - o neointervencionismo do Estado assume configurações peculiares, a resgatar mecanismos e estratégias classificados de arcaicos. De fato, na rasteira da crise, o Estado, em diferentes países centrais, assume

o controle direto de uma parcela considerável do sistema financeiro, fazendo, assim, “*impensável acontecer: a nacionalização*”, como bem sublinhou Boaventura de Sousa Santos, em artigo publicado no curso dos acontecimentos que surpreenderam o mundo, perplexo com o emergir da crise das entranhas do Império (SANTOS, 2008).

O Editorial do “Le Monde Diplomatique – Portugal”, de Novembro de 2008 – sustenta tratar-se de “*pensar o impensável*”:

Tudo, portanto, era possível. Uma intervenção financeira maciça do Estado. O esquecimento das obrigações do Pacto de Estabilidade Europeu. Uma capitulação dos bancos centrais ante a urgência de uma retoma. A condenação dos paraísos fiscais. Tudo era possível porque se impunha salvar os bancos (HALIMI, 2008).

A rigor, o Estado, na cena pública, exerce a sua condição de “*fiador*” dos interesses do capital, entrando com bilhões de dólares para salvar as maiores instituições financeiras – Bancos e Seguradoras – quando rebentou a corda da acumulação rentista sem medidas e limites. Na verdade, o Estado assume este papel de “*salvador*” com o dinheiro dos milhões de contribuintes, perversamente atingidos com a crise, decorrente do padrão de financeirização assumido pelo capital, personificado em banqueiros e acionistas. Ademais, o “*fiador*” socorre as instituições financeiras com o dinheiro público, sem estabelecer condicionalidade de retorno e ressarcimento deste dinheiro.

O Editorial do “Le Monde Diplomatique – Portugal”, intitulado “*Nacionalizar os bancos*” de Abril de 2009, bem elucida a natureza desta fiança assumida pelo Estado:

O mal que corrói a finança está agora a devorar a *economia mundial*, de que a finança extraiu sua subsistência. Quando um banco se desmorona, é comprado por outro banco, o qual garante assim que o Estado deva salvá-lo, visto ele se tornar ‘*too big to fail*’ (demasiado grande para falir). Um pouco por toda a parte, com precipitação e encurralados, os contribuintes pagam bilhões de dólares para socorrer as maiores instituições financeiras. Ora, ninguém sabe quantos ‘*activos tóxicos*’ continuam a estar nas entranhas de tais instituições nem quanto vai ser ainda necessário pagar para adquirir a crescente rima dos seus créditos deteriorados. Eis o balanço da desregulamentação financeira (HALIMI, 2009).

E circunscreve esta nova expressão do intervencionismo estatal:

É tempo, agora, de o Estado assumir pura e simplesmente o rumo das operações. Seja como for, a salvação da finança já não depende de accionistas privados, que só voltam a aparentar ter alguma saúde quando o governo lhes anuncia mais uma injeção de fundos. A solução da nacionalização dos bancos, ainda há pouco herética, quando inclusive os socialistas franceses desregulamentaram a finança, tornou-se entretanto tão evidente – ou tão ameaçadora a calamidade que poderá evitar – que até mesmo alguns parlamentares americanos a preconizam nos Estados Unidos. Tendo também aderido a essa solução publicações tão liberais como o *The Economist*. (Id. Ibid.).

Com esta feição pública de “*fiador*”, “*salvador*”, o Estado demarca a sua condição de “*pré-requisito para conversão do sistema do capital num sistema dotado de viabilidade para a sua reprodução*”, no dizer de István Mészáros (2002).

De fato, o Estado que regressa à cena pública nesta civilização contemporânea é um Estado que encarna um neoprotecionismo ao capital, assumindo, explicitamente, a fiança dos interesses do capital financeiro. Mantém a sua configuração de “*Estado Burocrático de Concorrência*”, efetivando mudanças entre o econômico e o político, entre o público e privado. Encarna a interpretação de escalas em nível local, nacional, regional, transnacional.

É importante demarcar que, no tempo histórico presente, o Estado, no interior de processos de lutas emancipatórias na construção de uma contra-hegemonia, também volta à cena pública com uma outra configuração: é o Estado em países da América Latina a encarnar uma radicalização democrática. A rigor, em determinados países latino-americanos, particularmente Bolívia, Equador e Venezuela, estão, em curso, processos de “*refundação do Estado*” que apontam para formas amplas e profundas de Democracia Popular Participativa, capazes de viabilizar projetos comunitaristas de emancipação social, política, econômica, cultural, étnica, de gênero, ecológica. São processos críticos do desenvolvimentismo ocidental, fundados na força de poderosos movimentos de base, com destaque para movimentos indígenas, a colocar em xeque as elites dominantes e os poderes e instituições que as sustentam (CARVALHO, 2009b). Especificamente, Bolívia e Equador, a partir da crítica política do Estado e com a ajuda de novas constituições comunitaristas, estão inventando outro tipo de Estado, um modelo com um marco político diferente, com nova institucionalidade e outra territorialidade (SANTOS, 2008). Afirma Boaventura de Sousa Santos:

A plurinacionalidade é um ato fundacional ou de refundação do Estado. [...]. Passar das velhas estruturas à construção de novos estados é um processo de transição. Passar das velhas estruturas à construção de novos estados é um processo de transição que não é unicamente político, senão cultural e que pode provocar enfrentamentos, como está acontecendo no Equador e na Bolívia. São choques de memória entre aqueles que não podem esquecer e os que não podem lembrar. (SANTOS, 2008, p.2).

Esta emergência de Estados a encarnar projetos de radicalização democrática é uma expressão da sua contraditoriedade. István Mészáros, em suas reflexões no “*ir para além do capital*”, assim avalia o potencial político desta contraditoriedade constitutiva do Estado:

O Estado, apesar de seu papel crucial para a sobrevivência do sistema, não é de forma alguma uma ‘entidade homogênea’. Pelo contrário, é cheio de contradições. Se o Estado pudesse se transformar numa entidade homogênea, não haveria espaço para o pensamento crítico. Assim, seriam sombrias as perspectivas de uma solução viável para a crise estrutural de nossa ordem social. Mas a conflituosidade irreprimível das relações manifesta no funcionamento estatal oferece também ‘alavancagem’ para desenvolvimentos positivos possíveis. (MÉSZÁROS, 2006, p.6, grifos nossos).

Em verdade, são estes “*desenvolvimentos positivos possíveis*” que se está a viver nesta “mudança de época” na América Latina, com a construção de uma contra-hegemonia em processo... A rigor, impulsionados pela força e pujança de movimentos, com novas bases sociais e organizativas<sup>8</sup>, governos de esquerda, nos anos 2000 deste século XXI, vem viabilizando uma ampliação do Estado, incorporando as proposições emergentes desses movimentos, sobremodo dos movimentos indígenas. Em verdade, é a sociedade política articulando a sociedade civil, em um processo de alargamento do Estado, encarnando, assim, em uma perspectiva emancipatória, a concepção gramsciana do Estado Ampliado<sup>9</sup>.

Desse modo, pela via da “*grande Política*”<sup>10</sup>, encarnada nas lutas de Movimentos Sociais, capazes de gestar tensionamentos com o sistema do capital e com as formas de opressão e exclusão de neocolonialismo, refundase o Estado, em determinados contextos latino-americanos, invertendo o sentido do seu neointervencionismo: de “fiador” dos interesses do capital a “mediador” de processos

emancipatórios. É o que delinea Gramsci (2002, p.21) em suas reflexões: “*A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais*” É esta uma preciosa chave analítica gramsciana que nos ajuda a adentrar nos processos latino-americanos de “*refundação do Estado*” ora em curso.

Em verdade, ao focalizar-se os processos norte-americanos e europeus, na rasteira das crises do capital e os processos latino-americanos a encarnar um ciclo contemporâneo de lutas emancipatórias, podemos ampliar horizontes e vislumbrar que este festejado “*regresso do Estado à cena pública*” é marcadamente contraditório.

A rigor, podemos delinear, no contexto do presente, uma contraditoriedade de configurações estatais que – como explicita Mészáros (2006) - manifesta, no espaço estatal “*a conflituosidade irreprimível das relações sociais*”. E é preciso ter presente que as duas configurações estatais – a do “*Estado Ajustador de Concorrência*” a afiançar interesses do capital e a do “*Estado Democrático Plurinacional e Participativo*” a afiançar lutas coletivas de Movimentos Sociais – constituem-se em meio a contraditoriedades. De fato, é importante ter presente – como bem avalia Emir Sader (2003a; 2003b) - o Estado como espaço de *disputas entre dois pólos: o mercantil*, a encarnar os interesses do capital de mercantilização de todas as relações sociais e o pólo *público societal*, a consubstanciar a perspectiva da Democracia de universalização de direitos, na afirmação do reconhecimento da igualdade e da diferença. Com efeito, é uma disputa onde a dominância é do pólo mercantil que impõe padrões de organização na civilização do capital. No entanto, o exercício da Política – a “*grande Política*” – é capaz de colocar em pauta, no interior do Estado, interesses de sujeitos políticos que estão construindo emancipações! (CARVALHO, 2009c).

#### **4 EUROPA/ PORTUGAL E AMÉRICA LATINA/ BRASIL:** delineamentos do estado nos tempos contemporâneos.

##### **4.1 O Estado contemporâneo em Portugal:** um olhar sobre as suas especificidades no contexto europeu.

O chamado “*modelo social europeu*” é uma encarnação do “Estado Social”, nascido da luta de gerações de trabalhadores sobre os escombros da Grande Depressão dos anos 30 do século XX e desenvolvido após a Segunda Guerra Mundial, em um contexto marcado por



profundas aspirações populares de construir uma paz duradoura, baseada no desenvolvimento econômico, no progresso social e na elevação do nível de vida de amplas camadas populares (FILIPE, 2008).

A rigor, esta configuração do Estado Social ou Estado de Bem-Estar estende-se no século XX, às diferentes economias avançadas em todo o mundo. Contudo, é na Europa onde tal configuração estatal encontra-se mais bem implantada, sendo o continente europeu o centro de produção que deu corpo ao que pode ser designado como “capitalismo de bem-estar”.

Cabe destacar que, em tempos contemporâneos de mundialização do capital, é na Europa que está em marcha a maior inovação institucional desde o século XVIII: um híbrido de Estado supranacional no âmbito da “Comunidade Européia”, “*assente na partilha de funções de soberania, na centralização de políticas econômicas, pelo menos na vertente das políticas monetária e de concorrência, e na coordenação de políticas sociais*” (PEDROSO, 2000, p.4). É este, pois, o melhor laboratório para pensar configurações estatais européias e, com certeza, este estado Supranacional Europeu é de capital importância para os diferentes países, notadamente os pequenos países europeus e, dentro destes, Portugal.

A questão a nos desafiar é relativa aos percursos do Estado Português no âmbito deste modelo social europeu, ao longo do século XX, delineando como, no tempo presente, Portugal se situa face a esta configuração híbrida do Estado Supranacional Europeu.

A rigor, Portugal perdeu metade do século XX nas teias do Estado Novo. Em ditadura, o país atrasou-se economicamente e os direitos sociais foram adiados. Analistas avaliam que o paternalismo de Estado, disfarçado sob a retórica corporativista, constitui protoformas, ou seja, primeiros esboços de modelo social (PEDROSO, 2008).

O fato é que a concepção de Estado Social instituiu-se, tardiamente, em Portugal, com o impulso transformador da revolução de Abril de 74. Analistas do caso português assim avaliam:

O melhoramento das condições de vida de um povo empobrecido e o desenvolvimento de um país profundamente atrasado estiveram, a par da luta pela democracia política, no centro das lutas de gerações de democratas e de trabalhadores portugueses que enfrentaram o fascismo e abriram o caminho à revolução democrática e às transformações sociais que seriam consagradas em letra de forma na Constituição de 1976 (FILIPE, 2008, p.2).

Em verdade, a revolução portuguesa de Abril de 74 traduz-se em profundas transformações econômicas, políticas e sociais, como a conquista da democracia política e das liberdades públicas e o lançamento das bases de um “Estado Social”, orientado para o melhoramento das condições de vida do povo português.

No final dos anos 70 do século XX, em meio a crises do sistema do capital, foi decretada a crise do Estado Social, desencadeando-se uma tremenda ofensiva neoliberal à escala global, visando dismantlar conquistas históricas. Comungamos com a tese de que, na Europa, este desmonte do Estado Social deflagra um retrocesso civilizacional profundo. (FILIPE, 2008).

Assim, no contexto de construção de um Estado Social, Portugal é confrontado com esta decretação da falência do *Welfare State* por parte dos arautos do neoliberalismo. De fato, “ainda o ‘Estado Social’ em Portugal não tinha passado de uma experiência incipiente que, apesar de ter produzido resultados muito concretos, não tinha atingido ainda os objetivos a que se propunha, já estavam lançadas as sementes para a sua degradação e desmantelamento” (FILIPE, 2008, p.2).

Em verdade, o desmantelamento do Estado Social no mundo e, particularmente, no contexto europeu, significou um regresso a dogmas ultraliberais, impostos pela supremacia do poder dominante, em função de exigências de acumulação do capital nos circuitos da mundialização com dominância financeira.

Uma das materializações de tais dogmas se deu nos processos de privatizações, com a transferência para o capital privado de todos os setores rentáveis da economia. No caso português, tratou-se de dismantlar o setor público da economia, resultante, no fundamental, do processo de nacionalização efetuado em 1975. De fato, o Estado transferiu para o setor privado tudo o que pudesse dar lucro, procedendo ao saneamento financeiro das empresas, com vista a sua entrega a privados.

Um outro eixo central de ataque ao Estado Social foi o da prestação de serviços sociais via Políticas Públicas, assumindo um triplo enfoque: questionamento da universalidade de direitos, transmutando direitos em privilégios individuais a serem garantidos por cada um; redução do peso do Estado em benefício do setor privado, com a redução drástica dos serviços estatais, passando o Estado a pagar “serviços públicos” prestados por empresas privadas; ataque sistemático a trabalhadores com vínculo de emprego público.

No plano prático, as consequências deste ataque ao Estado Social vem penalizando a população portuguesa. Antes de tudo, não se confirmaram para os consumidores as propaladas vantagens decorrentes da substituição de empresas públicas por privadas



no fornecimento de bens ou na prestação de serviços essenciais. Ao invés de uma “saúdável concorrência”, os cidadãos viram confrontados com monopólios privados na prestação de serviços, com abusos de toda ordem, sem que as ditas entidades reguladoras atuem com independência em face dos “regulados”. Os direitos sociais universais foram transformados em privilégios, verificando-se um retrocesso na universalização dos serviços prestados. Em simetria com a redução do peso do Estado Social aumentou o peso da prestação privada de serviços públicos, em larga medida à custa do estado. O Estado prestador de serviços deu lugar ao Estado pagador dos serviços públicos prestados por privados. De fato, a apropriação privada de prestação de serviços públicos tornou-se um dos mais lucrativos negócios na transição do século XX para o século XXI (FILIPE, 2008).

Tomando especificamente o campo da saúde, Boaventura de Sousa Santos, em artigo de 2008 na revista “VISÃO”, denuncia esta perversa passagem em Portugal “do serviço ao negócio”, em um ataque cerrado ao Serviço Nacional de Saúde – SNS – e crescente peso político ao setor privado. Afirma Santos:

O modo como está a ocorrer a transformação da saúde, de serviço público em negócio lucrativo, é escandaloso, inconstitucional e certamente violador do direito dos cidadãos à saúde. O que se passa é caso único nos países em desenvolvimento comparável ao nosso. (SANTOS, 2008).

Em verdade, no contexto português marcadamente desigual, o desmonte do Estado Social em processo de institucionalização, significa um agravamento dos processos de apartação e assimetria. É inconteste a complexificação do dualismo da sociedade portuguesa contemporânea<sup>11</sup>, com mecanismos que continuam a produzir assimetrias e apartações, fazendo de Portugal um dos países mais desiguais da Europa.

Neste contexto de dualismos e desigualdades que se ampliam e se complexificam, o Estado Português configura-se como um Estado com uma excessiva centralização burocrático-administrativa (CARMO, 2009). Como integrante da Zona Euro está exposto às políticas cegas do Banco Central Europeu (BCE) e da Comissão Européia (CE). De fato, Portugal integra o conjunto de países liberais com uma menor intervenção do Estado na garantia de direitos sociais via políticas públicas (GUINOTE, 2009).

**4.2 O Estado contemporâneo no Brasil:** um olhar sobre as suas especificidades no contexto Latino-americano

Ao longo dos últimos trinta e cinco anos, mais precisamente, a partir da segunda metade da década de 70, o Brasil, em diferentes contextos e conjunturas, encarna um processo de democratização pela via do exercício da Política, constituindo um efetivo patrimônio democrático. No limiar da década de 90, com já quase duas décadas, o país adentra no ciclo de ajuste latino-americano à ordem do capital mundializado, assumindo a agenda do chamado “Consenso de Washington”, a vivenciar uma das mais intensivas experiências de ajuste estrutural (CARVALHO, 2006).

Assim, em meio a essa contraditoriedade de processos, o Estado Brasileiro Contemporâneo, consubstancia-se na confluência contraditória de duas configurações estatais: o Estado Democrático que, ampliado pela via da política, nos processos de democratização, incorpora a concepção universalista de direitos sociais, constituindo políticas amplas de proteção, viabilizando a chamada “*regulação social tardia*”; Estado Ajustador que, sob a égide do mercado e da destituição da política, ajusta e ajusta-se à nova ordem do capital.

Ao longo da década de 90 e anos 2000, afirma-se, no contexto da vida brasileira, a dominância da configuração do Estado Ajustador que se afirma em meio às tensões da cultura política democrática. É o Estado Ajustador que se reformata para atender às exigências da nova ordem do capital em uma adaptação funcional à agenda do ajuste. E, neste processo de reformatação para viabilizar os movimentos de acumulação e valorização do capital, este Estado ajusta a sua intervenção no domínio do social. Assim, o Estado Ajustador, em explícito tensionamento com o padrão do Estado Democrático em vigência, isenta-se, progressivamente, de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais. Com efeito, uma tendência na ordem do capital mundializado, encarnada pelo Estado, é a desconstrução dos direitos que assume, então, uma *dupla dimensão*: a erosão real dos direitos e a erosão da própria noção de direitos e das referências pelas quais os direitos podem ser formulados como tal.

Em verdade, o Estado Ajustador assume e viabiliza essa erosão de direitos em um evidente paradoxo com a perspectiva do Estado Democrático de Direito, constitucionalmente reconhecido. Desse modo, verifica-se no interior dessa confluência contraditória das configurações estatais brasileiras, uma distância entre o perfil legal e institucional do país, em seu avançado sistema de proteção social – SUS/Estatuto da Criança e do Adolescente/ LOAS – e as condições reais da população que permanece excluída do alcance efetivo do que

foi democraticamente conquistado e disposto em lei. São “direitos de papel” que não passam nem pelas institucionalidades, nem pelos orçamentos públicos, configurando, como exigência histórica, a luta incessante dos movimentos sociais pela inclusão de necessidades de maiorias e de minorias na agenda pública. (SPOSATI, 2003).

Nesta perspectiva da não efetivação e/ou comprometimento do avançado sistema de proteção social – configurado pelo Estado Democrático de Direito Brasileiro, como conquista das lutas de Movimentos Sociais – uma tendência do Estado Ajustador Brasileiro, ao longo dos chamados “governos do ajuste” na década de 90/ anos 2000, é viabilizar as chamadas “*políticas sociais compensatórias*” para atender à pressão da urgência. É o assumir da “*saída de emergência*”, no sentido de administrar a pobreza pela via do imediatismo, do compromisso, destituindo e/ou enfraquecendo o exercício da política na disputa democrática pela viabilização dos direitos sociais.

Analistas avaliam que, no ciclo de ajuste da América Latina, o Estado Ajustador Brasileiro encarna um padrão de política pública, caracterizado pela exigência de políticas econômicas pragmáticas, combinando ortodoxia fiscal e monetária, em nome da estabilidade econômica, com amplos programas e projetos sociais, de caráter compensatório, que funcionam como mecanismos destinados “*aos mais pobres dentre os pobres*”.

Avançando na análise, no sentido de adentrar nas tessituras do Estado Brasileiro Contemporâneo, é preciso considerar o seu caráter contraditório de estado Ajustador no contexto da Democratização. De fato, esse Estado Ajustador, movimenta-se em meio a tensões, no confronto com os processos de democratização e suas conquistas. Evelina Dagnino (2003), em sua análise da política no Brasil Contemporâneo, sustenta que uma especificidade brasileira é que o processo de ajustes neoliberais defronta-se com um projeto político democratizante amadurecido desde o período da resistência ao regime militar, fundado na ampliação da cidadania e na participação da sociedade civil. E, assim, na avaliação de Dagnino, o projeto neoliberal encontra no Brasil um contendor relativamente consolidado, embora evidentemente não hegemônico, capaz de construir um campo de disputa.

Comefeito, o projeto político da democratização, embora não hegemônico nesses últimos vinte anos de dominância do projeto de ajuste neoliberal, tem determinados rebatimentos na reorganização do Estado Brasileiro, configurando um relativo peso político. A avaliação desse peso político relativo do projeto de democratização nas redefinições do Estado Brasileiro Contemporâneo implica um balanço do legado democrático na vida brasileira

recente (CARVALHO, 2008). Nesta direção, Maria Célia Paoli e Vera da Silva Telles, em uma análise política do Brasil Contemporâneo (2000, p. 103-148), destacam duas conquistas-chave que encarnam um processo de transformação em curso:

- a criação de um espaço público informal, descontínuo, plural no qual se elaborou e se difundiu uma “*consciência do direito a ter direito*”;
- a constituição de políticas culturais, postas em prática – com mais ou menos clareza e em maior ou menor extensão – pelos *movimentos sociais*, resignificando noções/ padrões e valores e instituindo o conflito como via democrática por excelência. Estas políticas culturais democratizantes subvertem “*hierarquias simbólicas*”, a viabilizar a constituição de identidades das chamadas minorias culturais e étnicas, delimitando políticas culturais da diferença, garantindo o alcance do poder da fala e da expressão pública para estas “*minorias silenciadas e tornadas invisíveis*” pela cultura política dominante.

Incontestavelmente é este um “*patrimônio democrático*” que consubstancia uma força emancipatória a se confrontar, numa “*revolução cotidiana*”, com a força neoconservadora de mercantilização de vida social” e seus valores neoliberais que perpassam o Estado Ajustador. É a materialização da natureza contraditória deste Estado Brasileiro Contemporâneo, gestado na confluência perversa dos processos de democratização. Em verdade – como sublinha Mézáros 2006 – este caráter contraditório que oferece alavancagem para “*desenvolvimentos positivos possíveis*” nos processos de (re) invenção da emancipação.

## 5 POLÍTICAS PÚBLICAS NO PRESENTE:

entre a lógica da mercantilização e o desafio da democratização.

Discutir Políticas Públicas no contexto da civilização do capital, no presente, pressupõe, antes de mais nada, circunscrever - *dentre distintas concepções* - o nosso entendimento de Políticas Públicas.

No âmbito desta reflexão, as Políticas Públicas são concebidas como um conjunto de propostas de intervenção estatal, consubstanciadas em medidas institucionais, relativas a setores específicos da sociedade que, em primeiro lugar, implicam, de forma mais visível e concreta, um quadro legislativo, possuindo, igualmente - *como bases de sustentação* - um quadro teórico, político e ético, a encarnar interesses do capital e das forças de resistência, de contestação e de pressão política, no interior dos processos de democratização.

Mais do que produto de decisões referentes aos governos e aos políticos, as Políticas Públicas – *na perspectiva aqui assumida* – são um campo de disputa onde forças de uma dada sociedade discutem, polemizam e refletem sobre o “*bom*”, o “*justo*” e o “*verdadeiro*”, consubstanciando uma dada cosmovisão, uma perspectiva e direcionamentos das formas de intervenção estatal, na dinâmica deste mundo contemporâneo, permeada de contradições entre os circuitos de ajuste do capital mundializado e os processos de afirmação e radicalização da democracia.

Em tese, teoricamente - *como expressões de uma gramática democrática* - “*as políticas públicas deveriam garantir a universalização dos direitos para todos os cidadãos, mas, na lógica do neoliberalismo, elas se transformam em políticas compensatórias*” (BAVA, 2010, p.1). De fato, nos últimos trinta anos, as políticas públicas, no âmbito do neointervencionismo estatal contemporâneo, definem-se nesta dialética entre o pólo mercantil e o pólo público societal, na confluência contraditória entre o “*Estado Ajustador no Neoprotecionismo ao Capital*” e o “*Estado Democrático-Participativo da Plurinacionalidade*”. Nesta contraditoriedade, a dominação é do pólo mercantil, a impor padrões de definição e institucionalização das Políticas Públicas, em meio a tensionamentos do pólo público societal.

Incidindo o olhar nas realidades contemporâneas - *especificamente as que constituem referência empírica deste nosso estudo* - cumpre destacar que, em Portugal nos últimos dez anos, o domínio das Políticas Públicas é perpassado pelos valores da eficiência, competitividade, lucro e produtividade, destituindo direitos e solapando condições de participação política. Em meio a este domínio da lógica da mercantilização, emergem tensionamentos como formas de resistência, encarnando a lógica público-societal. O campo do Ensino Público, no contexto português, apresenta-se como emblemático deste movimento contraditório de acirramento da lógica mercantil, gestando processos de organização dos professores como sujeitos políticos.

Especificamente, no Brasil, nos últimos vinte anos, noticiados chamados “*governos de ajuste*”<sup>12</sup> à lógica de expansão do capital mundializado, as políticas públicas desconsideram a perspectiva de universalização de direitos - *conquistada nos processos de democratização e assegurada na Constituição de 88, a chamada “Constituição Cidadã”* – transformando-se em políticas compensatórias. Na formulação de Sílvio Caccia Bava (2010)<sup>13</sup>, tais políticas são o “*band-aid da sociedade*”. De fato, são políticas que “*não visam a universalização de direitos para todos,*

*mas são políticas de transferência de renda, de assistência, destinadas apenas aos mais pobres*” (BAVA, 2010, p.1).

A questão é perceber e avaliar, neste cenário brasileiro do presente, por onde pulsam as energias contestatórias na afirmação da perspectiva público societal, no interior do espaço estatal brasileiro.

Em verdade, na civilização contemporânea do capital, mais precisamente, no âmbito da referida confluência contraditória de configurações estatais e de lógicas que as presidem, impõe-se, como questões a exigir reflexão e análise: *Quais as expressões das políticas públicas no contexto do presente? Quais os seus delineamentos básicos neste cenário do nosso tempo de mundialização do capital e acirramento de contradições, de crise do neoliberalismo, de emergência de contra-hegemonia e processos de refundação do Estado?* A rigor, estas são vias investigativas que se impõem ao debate coletivo.

### 5.1 Delineamentos das Políticas Públicas no tempo presente: marcas dominantes e tendências emergentes

No esforço de delinear referências analíticas, cabe circunscrever determinadas *marcas contemporâneas* que perpassam as Políticas Públicas, de forma dominante, no âmbito de Estados Ajustadores:

Políticas Públicas voltam-se para garantir a reprodução do sistema do capital, viabilizando condições para os seus processos de acumulação e valorização;

Sob a égide da lógica da mercantilização e do poder burocrático, efetiva-se o desmonte dos Sistemas de Proteção Social, minando a perspectiva de políticas universais de ampliação de direitos;

Tem-se hoje, em curso, uma reconfiguração das políticas sociais que se voltam para a inserção social, neste contexto de vulnerabilidade e flexibilização do mundo do trabalho e desmonte de direitos. São políticas configuradas como uma “*nova geração de políticas sociais*”, a propugnar a participação ativa do beneficiário, como corresponsável, em um desenho de gestão partilhada com instituições locais<sup>14</sup> (CARVALHO, 2009b).

Em meio a estas marcas contemporâneas dominantes, gestadas nos circuitos de expansão mundializada do capital, vêm emergindo *tendências* que apontam para *mudanças* nos delineamentos das políticas públicas, em meio às lutas emancipatórias de Movimentos Sociais, no sentido da democratização participativa do Estado, fundada na dialética política do



reconhecimento da igualdade/diferença. Nesta perspectiva, destacam-se experiências da *Bolívia, da Venezuela, do Equador*, no âmbito dos processos de “*refundação do Estado*”. De fato, nestes três países – considerados na linha de frente do que podemos chamar “*governos de esquerda*” – efetivam-se, hoje, uma ampliação das políticas sociais, de caráter redistributivo, com a viabilização de direitos sociais fundamentais para maiorias tornadas invisíveis e silenciadas nos percursos do colonialismo e, mais, excluídas e desconsideradas, em meio à homogeneização dos chamados Estados Nacionais (CARVALHO, 2009c).

Em verdade, esses novos delineamentos das políticas sociais apontam para a configuração estatal que Boaventura de Sousa Santos (2001), no final da década de 90/início anos 2000, designa de “*Estado-novíssimo-movimento social*”<sup>15</sup>. São políticas públicas de Estados que encarnam necessidades históricas, lutas, demandas, reivindicações dos movimentos sociais, na busca de inverter a perspectiva norteadora de tais políticas.

A rigor, no tempo presente, configura-se com clareza, diferentes perspectivas nos delineamentos das políticas públicas, abrindo um fecundo campo de debate que bem revela a contraditoriedade encarnada no âmbito das configurações estatais na contemporaneidade.

## 5.2 Políticas Públicas em Portugal

Portugal é um país pequeno e periférico ou, mais precisamente, semi-periférico que, por razões da sua história peculiar, só há pouco mais de dez anos entrou plenamente na lógica de mercado, consubstanciada nos processos de mundialização do capital. Nos últimos anos, Portugal viveu um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos de extrema importância e profundidade. Em primeiro lugar, por causa da sua integração na União Européia, através da qual entrou, de forma plena, na lógica da chamada globalização e do neoliberalismo. E, no âmbito da “Comunidade Européia”, tem tentado recuperar o “atraso”, com uma atitude, por vezes, subserviente em relação às políticas européias e outras instituições financeiras internacionais, sobretudo em três campos: saúde, segurança social e educação. Desde então, a lógica tem sido privatizar o mais possível. A lógica mercantil se faz presente e aprofunda-se nas diferentes áreas. Aqui, em uma visão panorâmica, enfocamos as consequências desta lógica mercantil neoliberal nas políticas de educação e cultura.

### 5.2.1 Políticas Públicas de Educação no contexto português: dinâmica de transformações na lógica de mercado

Há mais de uma década, no âmbito da União Européia, vêm sendo desenvolvidos esforços para que a Organização Mundial do Comércio – OMC – inclua, nas suas medidas, orientações para internacionalizar a prática livre de comercialização e da gestão educativa, do mesmo modo que está estabelecido para outros bens e serviços (SOBRINHO, 2005). Até agora não tem sido possível chegar a um acordo, mas muitos países têm-se esforçado no sentido de orientar as suas políticas públicas de educação por estas linhas, procurando, inclusive, alguns governos, nos seus domínios de ação, instalar já “mercados livres” de educação.

Portugal tem estado na primeira linha desta concepção mercantilizada da educação, fundamentando a sua opção numa visão tecnocrática do futuro do país, uma “*modernidade saloia*”, apoiada num discurso tecnológico acrítico e ainda nas alegadas necessidades de controle orçamental e do déficit, defendendo-se, sistematicamente, as vantagens do “emagrecimento” do Estado. O resultado tem sido um desmembramento progressivo da Escola Pública e a tendência para uma crescente seletividade e elitização do conhecimento, através de uma lógica empresarial, própria da globalização neoliberal,

Os estudos que se têm desenvolvido nesta área (ANTUNES F., 2006; DALE, 2000; HALSEY, 1997; STOER, 2005) parecem ser unânimes em sublinhar as principais dinâmicas de transformação das políticas públicas de educação na Europa e, particularmente, em Portugal nos últimos anos: concepção neoliberal da escola; ataque à escola pública; atitude de arrogância e afronta a professores e sindicatos, atingindo-se, em determinados momentos, o que já foi designado por uma espécie de grau “*zero da negociação*”; reformas constituídas e levadas a cabo, usando uma enorme máquina de propaganda.

Na última década, e nas palavras da penúltima Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues<sup>16</sup>, todo um conjunto de medidas positivas foram levadas a cabo na área das políticas públicas de educação. Dentre elas, a então Ministra destacava as seguintes<sup>17</sup>:

- A escola a tempo inteiro, com oferta gratuita e generalizada de Inglês e de outras atividades de enriquecimento curricular para todas as crianças do 1º ciclo;
- A diversificação de oferta formativa de nível básico e secundário com a criação de cursos profissionais e de cursos de educação e formação nas escolas públicas, triplicando o número de alunos em cursos profissionais;

- O alargamento da ação social escolar, triplicando o número de alunos abrangidos;
- A modernização física e tecnológica das escolas e a generalização do uso de computadores e da Internet nas atividades educativas, sublinhando o apetrechamento das escolas com 310 mil computadores, nove mil quadros interativos, 25 mil videoprojetores e realçando, ademais, a redução do número de alunos por computador nas escolas públicas de dezesseis para cinco;
- A avaliação interna e externa das escolas, abrangendo mais de 700 estabelecimentos de ensino;
- O novo modelo de gestão escolar e a transferência de competências para as escolas e as autarquias, em curso em todo o país.

Já para o presidente do maior Sindicato de Professores (FENPROF), Mário Nogueira, a situação é descrita em termos radicalmente diferentes<sup>18</sup>:

- Independentemente das estatísticas, as qualificações não aumentaram, ainda que tivesse aumentado o nível geral da escolaridade dos portugueses. Eu diria que o que pode ser avaliado de mais positivo, neste final de legislatura, é o grande empenhamento e profissionalismo de um corpo docente que foi muito atacado, que se viu envolvido num tremendo conflito com o Ministério da Educação e o Governo, mas que, apesar disso, nunca desistiu de dar o seu melhor aos alunos e à escola. E deu!
- Pela negativa ficaram muitas medidas que concretizaram políticas que contribuem para a desvalorização da Escola Pública. A FENPROF, no *Livro Negro das Políticas Educativas do XVII Governo Constitucional*, identifica essas medidas e as suas desastrosas consequências. Se dúvidas existissem sobre o que antes se afirma, bastaria conversar com os pais e os estudantes para confirmar o que afirmo.

Ainda para o presidente do maior Sindicato de Professores (FENPROF), Mário Nogueira (2009) há um equívoco que convém, desde logo, esclarecer: “as políticas desenvolvidas

pelo governo [...] não implicaram qualquer ruptura com o passado e esse terá sido o principal problema”. Argumente que tais políticas prosseguiram, aprofundando, as que tinham sido iniciadas por governos anteriores, embora, algumas vezes, timidamente. E, destaca, então, como exemplos desta continuidade:

a idéia de que a liderança das escolas, para ser forte, tem de ser unipessoal e não colegial, tem que concentrar em si todo o poder e não pode ser democrática era pressuposto da solução adoptada na Lei de Bases da Educação que a anterior maioria parlamentar aprovara e, felizmente, o Presidente Jorge Sampaio vetara; a transferência de novas competências, em matéria de Educação, já foi muitas vezes defendida e tentada por governos anteriores que pretendiam livrar-se de responsabilidades que deverão ser suas; a aprovação de medidas para reduzir o número de professores nas escolas, prejudicando a sua organização e funcionamento e inviabilizando projectos educativos, ou a fragilização das respostas da Educação Especial, por exemplo, são iniciativas que outros quiseram levar por diante e, por vezes, esboçaram-nas[...].(NOGUEIRA, 2009).

Deste modo, prossegue Mário Nogueira,

existe uma contradição na própria questão. Por ser verdade que o novo modelo de gestão escolar respeita as políticas educativas, nunca poderia dar uma real autonomia às escolas e à sua direcção. Este modelo constitui, aliás, um dos maiores atentados feitos à real autonomia das escolas. Estas deixaram de poder escolher entre um órgão de direcção unipessoal ou colegial; perderam a capacidade de decidir se pretendem que o conselho pedagógico seja presidido por quem dirige a escola ou por outro docente; os departamentos deixaram de poder escolher os coordenadores que passam a ser escolhidos pelo director; o conselho pedagógico passa a ser constituído, por isso, por quem o director nomeia; há aspectos organizacionais e de funcionamento que deixaram de depender da decisão das escolas e dos seus órgãos pedagógicos; a possibilidade de o director cumprir o seu mandato passou a depender da vontade do Ministério da Educação que o pode demitir...e o que é facto é que, perdendo tudo isto, as escolas não ganharam nada em contrapartida. ([www.fenprof.pt/](http://www.fenprof.pt/))

Mário Nogueira sublinha ainda que os projetos educativos das escolas continuam dependentes dos recursos existentes, porque outros não são autorizados pela tutela, nem no âmbito da designada contratualização da autonomia,

lembrando que a então Ministra Maria de Lurdes Rodrigues havia afirmado, de forma explícita, que a autonomia servia para exigir mais às escolas, sem que houvesse alguma contrapartida ou reforço de recursos. E elenca outros fatos que atentam contra a autonomia das escolas públicas: o número máximo de alunos por turma é o imposto na lei; o financiamento mantém a insuficiência de sempre e as escolas/agrupamentos não verão esse problema resolvido com a transferência para municípios que estão em situação financeira igualmente carente. E conclui o Presidente do FENPROF: “chamar autonomia à possibilidade de se autofinanciar e escolher os seus professores é não ter ambição, confundir conceitos ou, pior do que tudo isso, mentir”.

Como propostas de resolução deste conjunto de problemas, propõe o sindicato dos professores, através do seu representante máximo:

para além de uma aposta muito forte na acção social escolar, que não se pode limitar ao alargamento das actuais escolas a mais uns quantos pobres, mas por medidas de efectiva discriminação positiva e pela gratuidade dos manuais escolares, é preciso, também, investir nas condições de trabalho e funcionamento das escolas, reduzir o número máximo de alunos por turma, reforçar o apoio aos alunos com necessidades educativas especiais, rever programas e currículos, dignificar e valorizar as vias profissional, tecnológica e artística, apoiar projectos educativos específicos aprovados pelas escolas para combater o abandono e promover o sucesso, entre outras medidas [...].

Já para as famílias, a situação coloca-se num outro plano<sup>19</sup>:

- A gestão das escolas está a meio espaço entre uma ‘república dos professores’ e um modelo de gestão muito estatal;
- Os pais não são verdadeiramente escutados e a sua intervenção também acaba por se reduzir a aspectos muito específicos, numa relação absolutamente instrumental com a escola;
- Muitas das organizações de pais, tanto locais como nacionais, estão descredibilizadas porque muito politizadas.

De acordo com os investigadores (ANTUNES F., 2006; FONTOURA, 2008), as Políticas Públicas para a Educação em Portugal, se analisadas sobretudo nos últimos dez anos

só podem ser compreendidas à luz do novo conceito de Estado fragilizado e da concepção de “modernidade líquida”, cunhada por Bauman (2001), em sua crítica radical aos tempos contemporâneos.

A ambiguidade do discurso do Estado é, apesar de tudo, o elemento mais flagrante. Como sublinham aquelas investigadoras, usando a ideia da necessidade de aprofundar a autonomia das escolas passou-se de uma fase de *democratização* - iniciada na altura do 25 de Abril de 1974 - a uma fase de “*modernização*”, buscada em dois níveis: a primeira “modernização”, a um nível macro, tenta afastar posições “demasiado políticas” ou “corporativistas” em ambiente escolar, enquanto, a segunda, a um nível micro, procura implementar novos modelos de gestão que facilitem a concretização mais imediata e profunda das políticas administrativas centrais.

Pelo que, na prática, e seguindo ainda o raciocínio daquelas investigadoras, pode compreender-se que se passou não para uma maior autonomia, mas para um regime mais centralizado e prescritivo, incluindo, por exemplo, dispositivos de diferenciação de turmas, mais e menos “*problemáticas*” do ponto de vista comportamental, e mais e menos capazes, segundo as novas exigências do mercado.

Ainda nesta linha de análise, as escolas viram surgir e fortalecer-se, em nome da eficácia da gestão unipessoal, a figura do diretor, “*burocrata de bairro*” (ANTUNES F., 2006), com um poder assinalável. O esbatimento de elementos políticos, democráticos e participativos, pulverizando e fragmentando os possíveis conflitos, numa atividade que passou a ser de “*prestação de serviços*”, de funcionalização e burocratização progressiva dos professores, têm sido dos elementos mais claros neste processos e que os investigadores nestas áreas têm detectado (ibidem).

Outra das dimensões da nova retórica no campo das Políticas de Educação passa pela ideia sistematicamente reiterada de promoção e controle da qualidade, promovendo-se o trabalho por projetos que, no final, deveriam ser precisamente avaliados e controlados. Quando analisados um pouco mais de perto, tais projetos limitam-se apenas a gerir as existências sem procurarem nenhum carácter reconceptualista ou emancipatório, tornando-se, ao longo do território nacional, profundamente repetitivos.

Substituindo-se agora a prioridade da ‘universalidade da educação’ pela da ‘flexibilidade’ que o mercado de trabalho impõe, o Estado foi usando diversos discursos políticos - de natureza filosófica, pedagógica ou cultural - para promover este novo conjunto de mudanças: tratava-se de critérios técnicos de modernização, desburocratização e combate à “*ineficiência*” do Estado; outras vezes dizia-se que se pretendia



“libertar” a sociedade civil do controle do Estado (ANTUNES F.; 2006, FONTOURA, 2008)

Na prática, o controle central administrativo é, hoje, mais eficiente, tendo-se optado por um novo conceito de “governança” ou “*new public management*”, mais radical e eficaz, sobretudo no que respeita à gestão do tempo, que agora também passou a ser objeto de controle mais estreito no serviço público.

#### 5.2.1.1 O caso particular do Ensino Superior nas Políticas Públicas em Portugal

O Ensino Superior em Portugal passa hoje por um processo de reformulação total, a partir de um acordo promovido no contexto da Europa, designado genericamente por “*Processo de Bolonha*”<sup>20</sup>, embora tenha a si agregados diversos componentes e múltiplos acordos laterais e posteriores. Na verdade, este processo cujo acordo foi estabelecido apenas entre os governos dos Estados membros e, quando muito, entre os seus respectivos Ministros da Educação, deixou completamente de fora, estudantes, professores e universidades que, hoje, se vêm obrigados a implementá-lo. As universidades europeias estão agora totalmente organizadas em função do mercado, de uma economia do conhecimento e não do conhecimento ele próprio (SOBRINHO, 2005). Este processo conta hoje com a adesão de uma parte dos Reitores das Universidades portuguesas, alguns docentes, tecnocratas e burocratas diversos, mas registra, igualmente, muito desconhecimento por parte de alunos e daqueles que, progressiva e faseadamente, vão tendo que ir implementando as diversas etapas de que se compõe esta autêntica “*revolução do ensino superior europeu*”.

Sublinhe-se, com Fátima Antunes (2006) que, dada a real impossibilidade de conhecer, em tempo útil, as medidas previstas em cada fase do “*Processo de Bolonha*”, a vivência que os universitários europeus têm das vertiginosas mudanças em cascata que aprofundam esta “*revolução silenciosa no campo da educação*” é da sua “*inevitabilidade*” e “*naturalidade*”.

De qualquer modo, o que distintas fases do “*Processo de Bolonha*” revelam é o desejo de envolver, no mesmo movimento, a ordenação do território físico, social e simbólico e ainda a criação de um determinado tipo de sujeitos, empregáveis e úteis ao mercado e ao sistema neoliberal (ANTUNES 2006).

A “*revolução*” tem sido silenciosa e burocrática, mas profundamente desestruturante de toda a diversidade de modelos próprios da realidade universitária europeia, tendo-se passado a aceitar como natural o projeto neoliberal que agora funciona não só com um “*Estado-em-rede*”, mas também com uma “*Universidade – em*

*rede*”. A modalidade da livre concorrência entre as diversas Universidades está instalada, a par da ideia também contraditória da cooperação nacional e internacional entre elas (SOBRINHO, 2005), instaurando processos de extrema complexidade e altamente contraditórios na sua gênese e dinâmica. E, assim, esta revolução silenciosa promove todo o gênero de equívocos e de dificuldades de gestão prática de projetos acadêmicos e de investigação.

Na verdade, a maioria dos implicados no “*Processo de Bolonha*” só agora - numa fase já bem avançada da sua implementação - começam a ter uma noção bem clara das suas implicações práticas e fundamentos teórico-filosóficos. Como bem destaca Fátima Antunes (2006), um dos elementos que hoje nos parecem essenciais para compreender a natureza deste processo - que toca o sistema universitário, mas não apenas ele, tendo-se tornado a quase regra na construção europeia - é o fato do poder e da legitimação política passarem a ser dissociados, contribuindo para um forte sentimento de “*anomia social*”, impotência e distanciamento dos cidadãos europeus das instituições europeias. A prática tem sido a imposição de medidas, supostamente neutras e oriundas de agências, também elas “*neutras*”, mas que não passaram pelo crivo da discussão política, nem de uma legitimação democrática mínima.

Para que se possa ter uma ideia mais clara da importância deste “*Processo de Bolonha*” sublinhe-se que ele constitui um dos instrumentos de políticas públicas mais importantes do programa de globalização na Europa (SOBRINHO, 2005), homogeneizando toda a diversidade do ensino superior europeu, através de um mesmo sistema de graus e títulos controlados e verificados burocraticamente por “*agências internacionais neutras*”. Ademais, cria-se uma mesma unidade de contabilização de créditos de ensino, absolutamente onipresente em todo o sistema, passando a Universidade a regular-se por regras de trocas de mercado e não por conteúdos culturais. De fato, é uma nova forma de governança, conseguida através da desregulação, naturalização/judicialização, afastando toda a possibilidade de participação democrática (ANTUNES F., 2006).

Em uma produção crítica coletiva, publicada no *Le Monde Diplomatique* / Edição Portuguesa, de 16 de Janeiro de 2008, professores universitários de diferentes Universidades de Portugal e de distintas áreas<sup>21</sup>, fazem uma contundente alerta sobre os reais significados deste “*Processo de Bolonha*”:

Neste modelo, em nome da empregabilidade e da competitividade, pretende-se sobretudo produzir licenciados moldados na óptica que se julga interessar à *global knowledge*

*based-economy*, e não gente com uma formação integral, efetivamente competente naquilo que vai ter 'licença' para fazer na sua vida profissional, e culta, num sentido que claramente escapa aos seus promotores. Não admira que as licenciaturas que não estão protegidas por poderosos lóbis profissionais estejam a ser reduzidas à sua expressão mais simples, já que não vale a pena retardar a entrada de formandos na 'verdadeira escola' que é a empresa, e fazer 'perder tempo' com a educação superior, mas que não interessa, aos gestores dessas mesmas empresas. Algo que pelos vistos também não interessa aos Estados cuja máxima ambição parece ser virem a ser geridos como empresas. (FERNANDES, BETTENCOURT et. al, 2008:1).

#### E concluem os docentes portugueses:

para já a 'Sociedade do Conhecimento' está a levar os nossos alunos a deixarem a escola como menos conhecimentos. No fundo com base na ideia um pouco mais simples de que a Internet pode substituir-se com vantagem ao *scholarship*.

Assim, em conformidade com o "Processo de Bolonha", promoveu-se a privatização progressiva do ensino superior público (Fundações Públicas de Direito Privado), em nome do auto-financiamento e dos "contratos-programa" - justificando-a com a racionalização financeira e da eficácia prática - promovendo uma nova dependência entre o sistema universitário e o mercado sistema que os norte-americanos estão a abandonar - e que alterna e substitui as tradicionais pressões do Estado e da Igreja sobre a Universidade Européia de mais de oito séculos (SOBRINHO, 2005).

A retórica de controle de qualidade do ensino, através da avaliação intensiva e burocrática de produtos finais e não de processos, implementando a "*aprendizagem ao longo de toda a vida*", por seu turno, desloca a questão da empregabilidade da sociedade para o sujeito, responsabilizando-o completamente do seu desajuste na obtenção e manutenção de um posto de trabalho (ANTUNES F., 2006).

Em síntese, perdeu-se toda a densidade cultural da Universidade Européia, passando a adoptar-se uma "*cultura global de cassino*", assente nas trocas comerciais de aprendizagens (BERNSTEIN, 1998). Ou, como diz Neave (2004), o "*curioso paradoxo europeu*", introduzido pelo "Processo de Bolonha", consiste em ser o Estado a injetar o princípio do mercado no Ensino Superior, aprofundando o impacto das lógicas mercantis e concorrenciais no setor, reduzindo à mínima expressão os valores, as lógicas e os poderes associados ao trabalho académico.

#### 5.2.2. Políticas de Cultura em foco: o caso português

As políticas culturais são hoje objeto de análise que provocam uma profunda perplexidade. Os debates que se têm desenvolvido são absolutamente essenciais pelo que têm vindo a chamar a atenção das conexões profundas entre poder e cultura. Na opinião de Antonio Firmino da Costa (1997), a relação entre estes dois termos é estruturante de toda a sociedade.

Cultura e poder, na concepção das ciências sociais são dois pilares de organização das sociedades e dos processos que nelas ocorrem, dois ingredientes básicos do relacionamento humano, duas dimensões de todas as relações sociais. Aquilo que, deste ponto de vista teórico, torna as políticas culturais particularmente interessantes como objecto para a análise sociológica, é que, nelas, cultura e poder como que emergem como que emergem do tecido social geral, associando-se de modo específico num domínio institucional diferenciado (COSTA, 1997, p.1).

Nesta dimensão são praticamente inexistentes os trabalhos sobre as políticas públicas portuguesas para a cultura no momento actual. No entanto, num estudo recente da autoria do *Observatório das Actividades Culturais*<sup>22</sup> no qual se pretende perspectivar, para o horizonte do ano 2013, as principais tendências nesta área, no que se refere especificamente à Cultura, Identidades e Património, enfatiza-se que a principal ideia é a de encarar a "*cultura como factor de desenvolvimento*".

Neste sentido sublinham-se alguns aspectos que o domínio cultural partilha, hoje, com outras dimensões da contemporaneidade, destacando-se a questão da extrema precarização do trabalho e das dificuldades de operar no mercado cada vez mais instável. O estudo do "*Observatório das Actividades Culturais*" aponta a necessidade de promoção de uma política integrada, criando-se condições para uma verdadeira articulação interministerial e intersectorial, com a promoção de parcerias, ao nível da administração central e local, bem como entre os setores público, privado e o terceiro setor. Os autores do estudo referem-se, de imediato, às dificuldades que a própria inércia do sistema coloca a esta dinamização das políticas públicas culturais, chamando à atenção para uma "governância" por objectivos, por antecipação e contemplando critérios fiáveis de avaliação (LIMA, 2005, p.90).

Tal como para a Educação, o objetivo é determinar a produção cultural completamente a partir do Mercado. Na prática, todo este estudo procura colocar a tónica na questão da articulação entre Economia e Cultura, propondo

mesmo uma “*culturalização*” de toda a economia. Para isso, propõe-se que a ênfase seja colocada na delegação de poderes dos governos a corpos intermédios, uma maior flexibilização dos mecanismos de “*governância*”, bem como a criação do chamado “*gestor criativo*”. Os autores do estudo propõem, igualmente, que se promovam meios “*inovadores*” ou “*criativos*”, reformule-se, a rede urbana e reconfigurem-se as políticas locais/regionais/urbanas.

Num diagnóstico que apresentam (análise SWOT) no contexto deste estudo, respeitante às potencialidades da atividade cultural em Portugal, os seus autores destacam os fatores Inovação, Economia da Cultura, Emprego e Trabalho, Formação e Qualificação, Internacionalização, Regeneração Urbana e Dinamização dos Espaços Rurais, Acesso e Democratização da Cultura, Associativismo, Parcerias e Redes, Mediação e Gestão.

De todas elas, parece ter sido evacuado o discurso cultural e ainda mais o de políticas públicas, para apenas emergir o de gestão ou “*governância*” (sic) do sistema cultural. No nosso ponto de vista, passamos claramente de uma tradição de discussão vaga e teórica sobre as políticas culturais para uma tecnicização e “*administração funcional*”, supostamente asséptica e politicamente correta da cultura que agora passa a ser vista sob o exclusivo prisma da economia da cultura e da globalização ou da capacidade de produzir conteúdos e estimular as indústrias técnicas criativas que são parte fundamental do atual mercado global.

Na verdade, tal como afirma Pinto (1994; 1995; 1997), a democratização cultural consiste não somente no alargamento dos públicos, a qual pode resultar numa mera expansão do mercado de bens culturais, mas igualmente no estímulo aos criadores e produtores culturais, procurando ainda aproximar ambos, criadores e fruidores. Ora é esta vertente que está completamente ausente da reflexão deste referido Relatório do Observatório de Atividades Culturais acerca das políticas públicas para a cultura em Portugal, valorizando-se apenas produtos que possam ser colocados no mercado, de preferência no Mercado Global, descontextualizados e autonomizados do seu enraizamento cultural próprio. Logo, se algo há de muito específico na atividade cultural é a sua resistência à globalização e homogeneização - *talvez mais ainda do que a educação* -, correndo-se o risco das políticas públicas para a cultura selecionarem, dentre os objetos culturais, apenas os que têm uma leitura desterritorializada, despolitizada, deshistoricizada, desligada do seu produtor e do seu contexto próprio de produção, para que possa ser sujeita à reprodução industrial, perdendo qualquer valor emancipatório e crítico, tornando-se um objeto a mais num mundo

superpovoado de objetos. A questão é tão simples como esta: *de que cultura estamos a falar quando falamos destas políticas culturais?*

Como lembra Costa “*as políticas culturais contemporâneas são no essencial políticas públicas, geradas em contexto de reflexividade social institucionalizada e objecto de controvérsia explícita no espaço público*” (1997, p.2). Ora é este debate e esta controvérsia - gerados a propósito não só daquilo que é promovido, mas também do que é silenciado e recusado - que constituem o núcleo essencial do que podemos designar por políticas públicas da cultura, objeto de um necessário debate, sem o qual qualquer veleidade de democracia cultural passa a ser mero exercício verbal (BAPTISTA, 2008).

A comprovar a dimensão especificamente política da cultura, veja-se o estudo de Bassand e Joye (1992) que, ao compararem diversos países europeus, concluíram que os partidos de direita tendem a promover políticas carismáticas - que visam, sobretudo apoiar criadores reconhecidos -, os partidos de esquerda procuram promover políticas de democratização cultural, não apoiando apenas os criadores, mas procurando estimular o acesso às obras de públicos cada vez mais vastos. Por sua vez, os novos movimentos sociais se têm empenhado num combate por uma democracia cultural, no sentido de facilitar a criação e democratização do acesso à cultura, mas também estimulando a criatividade e a plena expressão cultural dos diversos grupos e atores sociais.

Na linha de um outro estudioso português das políticas públicas para a cultura em Portugal, Augusto Santos Silva (1995;1997), não podemos deixar de sublinhar o quanto o país, no presente, depende fortemente dos meios mediáticos para promover a difusão cultural e o quanto consome, quase exclusivamente, produtos culturais oriundos de centros de produção e difusão hegemônicos à escala mundial. Por outro lado, verifica-se que o apoio de mecenas é diminuto e a única possibilidade neste contexto é promover parcerias com o Estado, empresas, Municípios e Autarquias, Associações, etc. No entanto, como afirma Costa (1997, p.5) “no concreto da situação atual do país, os obstáculos, desconfianças, perversões e bloqueios são ainda muito grandes, limitando gravemente as potencialidades respectivas”.

No que se refere à democratização cultural, a ênfase é na escola e nas políticas públicas para o ensino. Como destaca Costa (1997, p.3), “muitas das ações concretas passam pela educação artística, pela ligação das artes à escola, pelas pedagogias activas de familiarização, não só com os produtos culturais, mas também com os processos de produção e criação cultural”. Ademais, muito especificamente, tais ações estimulam o associativismo e a apropriação e



valorização da criação, quer no espaço público, quer no doméstico.

Assim, sendo a Cultura um dos domínios mais resistentes à mercantilização e à globalização - *pele menos uma boa parte do que, tradicionalmente, se entende por Cultura* - pensamos que, talvez, aqui haja ainda uma possibilidade de criar um espaço de luta e resistência ao modelo hegemônico da globalização e do mercado, particularmente pela aliança entre educação e cultura, numa atitude que terá, necessariamente, de ser contra-hegemônica e de resistência político-cultural.

## 6 CONCLUSÃO

Pensar o Estado e suas formas de intervenção em tempos contemporâneos é um desafio analítico que impõe enfrentar questões fundantes nesta civilização do capital em crises. Com efeito, nos processos de disputa hegemônica, ao final desta primeira década dos anos 2000, a análise das distintas encarnações do neointervencionismo estatal faz-nos adentrar em processos de acumulação e valorização do capital e, ao mesmo tempo, espreitar processos de reinvenção da emancipação. Impõe-se uma ampliação de horizontes, a contemplar realidades e contextos distintos e plurais: Europa, Estados Unidos, América Latina, África, Ásia... Faz-se impossível generalizações e demarcações rígidas. A *“pedra-de-toque”* é efetivar análises específicas, historicizar estudos... Enfim, empreender investigações peculiares, capazes de desvendar configurações estatais em contextos determinados e conjunturas específicas... Em verdade, é esta a nossa experiência individual e coletiva, no âmbito de distintos percursos investigativos<sup>23</sup>: *o Estado Português no Estado Novo Salazarista e nos processos de radicalização democrática do Abril de 1974; o Estado Português no contexto da “Comunidade Européia”, encarnando a lógica da mercantilização em distintas expressões no século XX e século XXI. Estado Brasileiro Contemporâneo na confluência da democratização e do ajuste estrutural; o Estado na Bolívia e no Equador, nos seus processos de refundação, no âmbito da contra-hegemonia em curso; o Estado Brasileiro nas Políticas Sociais Compensatórias, particularmente, em tempos de “Bolsa Família”; o Estado no Maranhão e sua intervenção em Políticas de Turismo e Políticas de Revitalização da Cultura Popular...* enfim, múltiplas facetas e expressões do Estado ao movimentar e ajustar o caleidoscópio da História!...

As reflexões - *que ora aqui delineamos* - constituem referências norteadoras nessas empreitadas investigativas a redefinirem-

se, ampliem-se, renovem-se, no processo sempre em aberto da produção do conhecimento. A rigor, encarnam princípios, concepções, idéias, teses que nos instigam a pensar e, sobretudo, a questionar e pesquisar as expressões contemporâneas do Estado e as configurações de políticas públicas específicas no espaço estatal a revelarem a conflituosidade das relações sociais.

No presente ensaio, o nosso propósito é consubstanciar análises e discussões no âmbito da temática em foco, provocando o debate que permita avançar nos desvendamentos do Estado e suas políticas, na confluência contraditória dos circuitos do ajuste ao capital mundializado, em meio às tensões dos processos da democratização. Em verdade, é esta uma via de participação no debate coletivo dos desafios do presente!...

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Introdução – a substância da crise. In. MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2009.

ANTUNES, Fátima (2006). Governação e Espaço Europeu de Educação: Regulação da Educação e Visões para o Projecto ‘Europa’”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 75, p. 63-93, out. 2006.

BAPTISTA, Maria Manuel. Estado e Cultura: o necessário conflito”, **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 12, n. 1, p. 37-43, Jan./Jun., 2008.

BASSAND, Michel; JOYE, Dominique. **Politiques Culturelles D’Europe: Mesures Étatiques ou Transactions Sociales?**, Pour Une Sociologie De La Transaction Sociale. Paris: Éditions L’Harmattan, 1992.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Zigmunt Bauman. BURKE, Lúcia Garcia Pallares (entrev.): **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 1. 2004.

\_\_\_\_\_. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BAVA, Sílvio Caccia. Gigante pela própria natureza. In. **Le Monde Diplomatique**, Brasil, n. 19, fev., 2009.

\_\_\_\_\_. Políticas sociais são o band-aid da sociedade. Entrevista à Instituto Humanitas Unisinos. Em Adital. 26 de Janeiro. Disponível em [www.adital.com.br/site/noticia\\_imp](http://www.adital.com.br/site/noticia_imp).

[asp?cod=44535&lang=pt>](#). Acesso em: 28 Jan. de 2010.

BENJAMIN, César. Atualidade de Marx. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 42, 2004.

BERNSTEIN, Basil. **Pedagogia, Control Simbólico e Identidad**, Madrid: Morata/Paideia, 1998.

CARMO, Renato Miguel do. Portugal: um território que urge destrancar. **Le Monde Diplomatique**, Edição Portuguesa, abr. 2008.

\_\_\_\_\_. Portugal e o eterno dualismo: é possível quebrar o ciclo? **Le Monde Diplomatique**. Edição Portuguesa, Abr., 2009.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Transformações do Estado na América Latina em tempos de ajuste e resistências: governos de esquerda em busca de alternativas. In: NETO, Adelita C. (org). **Projetos Nacionais e conflitos na América Latina**. Fortaleza: Edições UFC/Edições UECE / UNAM, 2006.

\_\_\_\_\_. A Luta por Direitos e a Afirmação das Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.39 n.1., 2006.

\_\_\_\_\_. Emancipação na América Latina no século XXI: movimentos e lutas nas tessituras de uma contra-hegemonia. In: **Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais**, Braga – Portugal, 2009a.

\_\_\_\_\_. Sociedade, Estado e Políticas na civilização do capital: um olhar sobre o presente. In: Painel Temático Sociedade/Estado/Políticas Públicas. In: **Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Braga – Portugal, 2009b.

\_\_\_\_\_. Em busca de ampliação de caminhos na (re)invenção da emancipação social no século XXI: construindo o diálogo crítico Marx/István Mészáros/Boaventura de Sousa Santos. In: **Seminário de Pós-Doutoramento: (Re) invenção da emancipação social no século XX: Caminhos de uma contra-hegemonia**. Coimbra – Portugal: CES, 2009c.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas e o Dilema de Enfrentamento das Desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no Século XXI. In PIREZ, Fernando.(org.). **Poder e Políticas Públicas na América Latina**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

\_\_\_\_\_. GUERRA, Eliana Costa. Tempos contemporâneos: trabalhadores supérfluos no fio da navalha da lógica do capital. In:

**Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores**. Fortaleza: Editora SENAC: Edições UFC. 2006.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

COSTA, Antonio Firmino. **Democracia e Desenvolvimento Cultural Sustentado: o papel do Estado**. OBS – Observatório das Actividades Culturais, n. 19972. Disponível em : <<http://www.oac.pt>>. Acesso: 10 de ago. de 2009.

COSTILLA, Lúcio Oliver. Transformações do Estado e da sociedade civil na América Latina. In: BRAGA, Elza Maria Franco (org.). **América Latina: transformações econômicas e políticas**. Fortaleza: Editora UFC. 2003.

\_\_\_\_\_. Pensando o Estado: Sociedade Política e Sociedade Civil hoje, no Brasil e no México. In: NETO, Adelita C. (org). **Projetos Nacionais e conflitos na América Latina**. Fortaleza: Edições UFC / Edições UECE / UNAM, 2006.

\_\_\_\_\_. **El Estado ampliado en Brasil y México: radiografía del poder, las luchas ciudadanas y los movimientos sociales**. México: UNAM. Coordinación de Estudios de Posgrado. Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos, 2009.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando? Colóquio Internacional Políticas de cidadania y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas, 2003.

FERNANDES, João P. Almeida; BETTEN et. al. O Processo de Bolonha e o futuro da universidade. **Le Monde Diplomatique**. Edição Portuguesa, 16 de Jan. 2008.

FILIPPE, Antonio. A suposta falência do Estado Social. **Le Monde Diplomatique**. Edição Portuguesa, n. 25, série 2. Nov., 2008.

FIORI, José Luis. Dança das cadeiras: revolução silenciosa de Fernando Henrique muda a face do capitalismo brasileiro, mas não mexe na sua alma. **Revista Carta Capital**, 20 ago. 1997a.

FONTOURA, Maria Madalena. Política e Acção Pública: entre uma regulação centralizada e uma regulação multipolar. **Revista Portuguesa de Educação**, v.21, n. 2, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, 3. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luis Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002. v3.

GUINOTE, José Carlos. Portugal: o velho problema da habitação. **Le Monde Diplomatique**, Edição Portuguesa, Abr. 2009.

HALIMI, Serge. Pensar o impossível. **Le Monde Diplomatique**, Edição Portuguesa, n. 25, série 2, Nov.

\_\_\_\_\_. Nacionalizar os bancos. **Le Monde Diplomatique**, Edição Portuguesa, n. 30, série 2, Abr. 2009.

HALSEY, A.H., LAUDER, H., BROWN, P., WELLS, A.(orgs). **Education, Culture, Economy and Society**. New York: Oxford University Press, 1997.

HIRSCH, Joachim. La internacionalización del Estado. In: BRAGA, Elza Maria Franco (org.) **América Latina: transformações econômicas e políticas**. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

LIMA, Maria de Lourdes Santos. (Coord.). **Contribuições para a formulação de políticas públicas no horizonte 2013**, relativas ao tema cultura, identidades e património: relatório final. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005.

MARX, Karl. **Elementos Fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)**. Espanha: Ed. Siglo Vientiuno. 1971. v. 1 e 2,

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural. 1983. (Os economistas)

MELO, Alexandre. **Política Cultural**: Acção ou Omissão. OBS - Observatório das Actividades Culturais, n. 2. Disponível em: <<http://www.oac.pt>> Acesso em 10 de Agosto de 2009.

MÉSZÁROS, István. **A crise do capital**. São Paulo: Boitempo. 2009.

\_\_\_\_\_. **Para além do Capital**: Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo: e Ed. da UNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_. Entrevista István Mészáros – Margem esquerda, 2006. Disponível em <<http://www.historianet.com.br/conteudo/depult>>. Acesso em 30 jun.2007.

\_\_\_\_\_. Ir além do Capital. In: COGGIOLA, Osvaldo (org). **Globalização e socialismo..** São Paulo: Xamã. 1997.

MODONESI, Massimo. Reflexiones sobre el cambio de época em América Latina. Movimientos antagonistas y crises hegemónicas. In: CASTELLANOS, Nayar López; OLIVER, Lúcio (orgs). **América Latina y el Caribe, una**

**región en conflicto**. Intervencionismo externo, crisis de las instituciones políticas y nuevos movimientos sociales. México: Plaza y Valdés, V. 2009.

NEAVE, Guy. **Mr Prometheus**: – Unbound, Shackled or Released on Parole? Being Certain Adumbrations on the Marvellously Changing Relationship between Government and Higher Education in Western Europe. 2004. Disponível em <[http://www.ccla.pt/brainstorms/release1.0/pdf/09\\_GuyNeave.pdf](http://www.ccla.pt/brainstorms/release1.0/pdf/09_GuyNeave.pdf)>. Acesso em 08 de Ago. 2009.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: Conflitos e negociações no Brasil Contemporâneo. In: ALVAREZ, Sónia E.; ESCOBAR, Evelina Dagnino, Artur (orgs) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PEDROSO, Paulo. Portugal na balança da Europa social. **Le Monde Diplomatique**, Edição Portuguesa. n. 25. Série 2. nov. 2008.

PINTO, José Madureira. **Uma reflexão sobre políticas culturais**: Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, AAVV. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 1994

\_\_\_\_\_. Intervenção Cultural em Espaços Públicos. In: LIMA, Maria de Lourdes S. (coord.), **Cultura e Economia**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1995.

\_\_\_\_\_. **Democracia e Desenvolvimento Cultural Sustentado**: o papel do Estado. OBS – Observatório das Atividades Culturais, n. 1, 1997. Disponível em <<http://www.oac.pt>> Acesso em 10 de Ago. de 2009.

SADER, Emir. **Atas de Porto Alegre**. 2003a. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/colunas/emir/2003/02/01/jorcolemi20030201001.html>> Acesso em: 10 Jun. de 2009.

\_\_\_\_\_. **Público versus mercantil**: ALAI, América Latina em Movimento. 2003b. Disponível em: <<http://alainet.org/active/3804&lang=es>> Acesso em 10 de Jun. de 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O regresso do Estado. **Visão**, 16 de Mar. 2006. 2006b.

\_\_\_\_\_. O impensável aconteceu. São Paulo: **Folha de São Paulo**, São Paulo 2008c.

SILVA, Augusto Santos. Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano: uma análise de seis cidades portuguesas. In: LIMA, Maria de Lourdes S. (coord.). **Cultura e**



**Economia.** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1995.

\_\_\_\_\_. Cultura das obrigações do Estado à participação civil. **Sociologia: Problemas e Práticas**, n. 23, 1997.

SILVA, Filipe Carrela; VIEIRA, Mônica Brito. Portugal, uma democracia dual. **Le Monde Diplomatique**, Portugal, Edição Portuguesa, n. 26. Dez., 2008.

SOBRINHO, José Dias. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado**: Sociedade do Conhecimento ou Economia do Conhecimento?. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SPOSATI, Aldaisa. Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. **Intervenção Social**, Portugal, v.1, n. 27, p. 63-88, 2003.

STOER, Stephen, CORTESÃO, Luíza, CORREIA, José A. (orgs). **Transnacionalização da Educação**: da crise da educação à "educação da crise". Porto: Afrontamento, 2005.

## NOTAS

1. Zigmunt Bauman, ao longo das duas últimas décadas – década 90 do século XX e primeira década do século XXI – vem construindo uma radical crítica à modernidade, desvendando as marcas e riscos dos tempos contemporâneos, traduzindo a vida em livros. De fato, desenvolve uma ampla e fecunda produção, buscando, para além das fronteiras disciplinares, compreender o que considera “*esse tipo curioso e em muitos sentidos misterioso de sociedade que vem surgindo ao nosso redor*” (BAUMAN, 2004:12). Para desvendar esta sociedade, trabalha a metáfora da “*liquidez*, cunhando a expressão ‘*modernidade líquida*’ em oposição ao momento histórico anterior que, então, denomina de ‘*modernidade sólida*’. E, explicita que o espírito moderno caracteriza-se pela liquefação, como bem definiram os autores do “Manifesto Comunista” ao sustentarem que “*tudo que é sólido desmancha no ar*”. No entanto, na fase da “modernidade sólida”, o derretimento dos sólidos era no sentido de limpar a área para novos e aperfeiçoados sólidos. Já nos tempos contemporâneos, o derretimento dos sólidos adquiriu novo sentido: a fluidez permanente, o desenraizamento, com a liquefação dos padrões de referência e de interação. A pretensão de Bauman nesta crítica radical da contemporaneidade é ampliar os horizontes cognitivos dos indivíduos, em um “*diálogo sem fim*” com a condição humana, na perspectiva de
2. István Mészáros, em suas agudas e instigantes análises sobre o capital em suas formas, engrenagens e mecanismos de funcionamento, destaca que o poderoso e abrangente sistema de sociometabolismo do capital tem um núcleo constitutivo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado, sendo que estas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente constituídas e interrelacionadas e é impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende este sistema. Ver a monumental obra de Mészáros “Para além do Capital”, publicada no Brasil, em 2002, pela Boitempo Editorial e Editora da UNICAMP, especificamente o capítulo 2 “A ordem da reprodução sociometabólica do capital”. Na demarcação de chaves-analíticas sobre o pensamento de Mészáros, ver, especificamente, a Apresentação de Ricardo Antunes na referida obra.
3. Uma discussão do Estado Ajustador e suas configurações nos Estados Centrais e nos Estados Latino-Americanos é desenvolvido no artigo “Estado e Cultura na Contemporaneidade: Portugal e Brasil em foco”, de autoria de Baptista, M.M. e outros, publicado na Revista Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, v.11, nº 2, Julho/Dezembro 2007. Nesta produção coletiva, retomamos as abordagens do pesquisador alemão Joachim Hirsch e do pesquisador mexicano Lúcio Oliver Costilla para delinear estas distintas configurações do Estado Ajustador no seu neointervencionismo, no contexto da acumulação rentista.
4. Uma análise sobre as redefinições estatais contemporâneas, no âmbito das chamadas Reformas do Estado, é desenvolvida no livro “*Projetos Nacionais e Conflitos na América Latina*”, especificamente no capítulo 5, de autoria de Alba Maria Pinho de Carvalho, intitulado “*Transformações do Estado na América Latina em Tempos de Ajuste e Resistências: governos de esquerda em busca de alternativas*”. Este livro, publicado em 2006 e organizado por Adelita Neto Carleial, consubstancia análises desenvolvidas pelos membros da “Rede Universitária de Pesquisadores sobre a América Latina – RUPAL”.

5. Esta configuração “*regulação social tardia*” é formulada por Aldaisa Sposati, em produção intitulada “Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio” que, preliminarmente, foi discutida no Seminário “Perspectivas de la Política Social em América Latina”, promovido pelo INDES – Instituto Interamericano para o Desarrollo Social do Banco Interamericano de Desarrollo, em 2002. Nas análises de Sposati, “regulação social tardia” configura a realidade peculiar de países nos quais os direitos sociais foram tardiamente reconhecidos, no último quartel do século XX e cujo reconhecimento legal não significa que sejam efetivados, no contexto dos processos de ajustes neoliberais. É o caso dos países latino-americanos, o que confere uma especificidade às políticas sociais, na articulação entre democracia e direitos, combinando o desejo e a luta por direitos sociais com a luta pela democracia, em processos peculiares, distintos da regulação social estatal pela via da universalização dos direitos, a partir do pleno emprego, do trabalho formal, consignada nos diferentes modelos de “*Welfare State*”.
6. Em verdade, é esta uma via investigativa que nos provoca a exigir estudos peculiares do neointervencionismo estatal em contextos históricos específicos. Aqui, nesta nossa produção coletiva, incidimos o nosso foco analítico das tendências que circunscrevem configurações estatais distintas no final desta primeira década do século XXI.
7. Esta configuração “*regresso sem partida*” para designar este proclamado “regresso do Estado” no tempo presente é elaborada no texto “Políticas Públicas e o Dilema de Enfrentamento das Desigualdades: um olhar Crítico sobre a América Latina no Século XXI”, de autoria de Alba Maria Pinho de Carvalho no livro “*Poder e Políticas Públicas na América Latina*” organizado por Fernando Pires e publicado em 2010, consubstanciando análises dos integrantes da Rede Universitária de Pesquisadores sobre América Latina – RUPAL.
8. Nos anos 2000, a América Latina surpreendeu o mundo com seus movimentos sociais populares radicais no Equador, na Bolívia, na Argentina, na Venezuela, no México, no Brasil, ao contestar o modelo de ajuste neoliberal que reinou de forma absoluta, por mais de uma década e que, então, revelava sinais de esgotamento e “*debacle*”. Assim, esses “*novos movimentos sociais*”, a encarnar novas expressões de antagonismo na civilização do capital (MODONESI, 2009), gestam a chamada “*virada à esquerda*” no continente latino-americano, com a eleição de governos progressistas a formar um bloco heterogêneo, incluindo governos de esquerda.
9. O pensador Antonio Gramsci, no início do século XX, no contexto do Ocidente - marcado pela constituição e desenvolvimento da sociedade civil, como espaço de disputa hegemônica entre as forças sociais - elabora a concepção de Estado Ampliado consubstanciada na formulação-síntese: “*Estado=sociedade política+sociedade civil...*”. Nesta perspectiva, retomar Antonio Gramsci, Cadernos do Cárcere. vol, 3, publicado pela Civilização Brasileira, em 2002, na 3ª edição. Cabe ressaltar que o cientista político Lúcio Oliver Costilla, ao longo dos anos 2000, vem trabalhando esta concepção gramsciana do Estado Ampliado para pensar o Estado em tempos contemporâneos, particularmente na América Latina. Neste sentido, são exemplares dois dos seus trabalhos: o capítulo por ele elaborado no livro da RUPAL “*Projetos Nacionais e Conflitos na América Latina*” (2006), com o título “*Pensando o Estado: Sociedade Política e Sociedade Civil, hoje, no Brasil e no México*”; o livro publicado em 2009 pela Universidad Nacional Autónoma do México, “*El Estado Ampliado en Brasil y México*”
10. “*Grande Política*”: é esta uma configuração gramsciana, no sentido de designar o que ele considerava a “*alta política*, contrapondo-se a “*pequena política*”, ou seja, política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas.
11. Na década de 60, o sociólogo Aderito Sedas Nunes sistematiza, em artigo intitulado “*Portugal, sociedade dualista em evolução*”, traços fundamentais que marcavam a então sociedade portuguesa, na coexistência de duas dinâmicas distintas no interior do país. Hoje, no cenário contemporâneo, analistas reafirmam a complexidade desta realidade. Ver, especificamente, dois artigos publicados no “*Le Monde Diplomatique*”, edição portuguesa: “*Portugal e o eterno dualismo: é possível quebrar o ciclo?*” de Renato Miguel do Carmo, de Abril de 2009; “*Portugal uma democracia dual*” de Filipe Carreira da Silva e Mônica Brito Vieira, de Abril de 2008.
12. Consideramos “*governos de ajuste*” os que, no Brasil Contemporâneo da década de 90 do século XX e primeira década do século XXI, vêm efetivando os ditames do capital mundializado, desenvolvendo a agenda do chamado “*Consenso de Washington*”, em meios às tensões da democratização. Particularmente, definem-se, nesta perspectiva ajustadora, o governo Collor/ os governos de Fernando Henrique/ os governos de Lula. Sobre esta questão governos de ajuste, ver Carvalho (2006).
13. Esta formulação está no título da entrevista de Sílvio Caccia Bava, concedida a IHU online e publicada na ADITAL, em 26.01.2010 ([www.adital.com.br/site/noticia\\_imp](http://www.adital.com.br/site/noticia_imp)).

- [asp?cod=44535&lang=pt](#)). A referida entrevista é feita antecedendo a participação de Sílvia Caccia Bava no IV Seminário de Políticas Públicas, parte da Programação do Fórum Social Mundial 2010.
14. Uma configuração desta “*nova geração de políticas sociais*” é desenvolvida no artigo de autoria de Pedro Hespanha (2008), intitulado “*Políticas Sociais: novas abordagens, novos desafios*”, publicado na Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, volume 39, Número 1.
  15. Na configuração de Boaventura de Sousa Santos “*Estado-novíssimo-movimento-social*” assenta na idéia de que perante a hubris avassaladora do princípio do mercado, nem o princípio do Estado, nem o princípio da comunidade podem isoladamente garantir a sustentabilidade de interdependências não mercantis, sem as quais a vida em sociedade se converte numa forma de fascismo societal. Propõe assim uma articulação privilegiada entre os princípios do Estado e da comunidade sob a égide deste último. [...] Não se trata de um regresso ao passado, [...] Por via dela, cria-se o anti-Estado dentro do próprio Estado. [...] sob a mesma designação de Estado, está a emergir uma nova forma de organização política mais vasta que o Estado, de que o Estado é o articulador e que integra um conjunto híbrido de fluxos, redes e organizações em que se combinam e interpenetram elementos estatais e não estatais, nacionais, locais e globais” (SANTOS, 2001, p.13).
  16. Cumpre destacar que a presente abordagem sobre a Política Pública no contexto português foi apresentada na IV Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP, ocorrida entre 25 e 28 de Agosto de 2009 na Universidade Federal do Maranhão - UFMA, altura em que a referida Ministra ainda ocupava a pasta da Educação em Portugal. Entretanto, com o advento das eleições legislativas e a formação de um novo governo minoritário do Partido Socialista foi possível, através da atribuição da pasta da Educação a uma figura muito mais consensual entre os professores do ensino não superior - *Isabel Alçada* -, encontrar alguma pacificação para o setor que, nos últimos anos, viveu uma intensa situação de luta e instabilidade político-educacional. O modo como tal pacificação e os acordos que, entretanto, estão a ser negociados entre Ministério da Educação e Sindicato dos Professores, não podem, por razões de limitação espaço-temporal, ser objeto de análise e discussão no presente estudo.
  17. Este balanço das políticas públicas de Educação, em Portugal da então Ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues consta do Despacho 14460/2008 do Gabinete da Ministra, publicado no Diário da República, 2ª série – nº 100 de 26 de Maio de 2008, transcrito no site [www.min-educ.pt/np3/2098.html](http://www.min-educ.pt/np3/2098.html).
  18. A análise da situação da educação em Portugal feita por Mário Nogueira e aqui apresentada é desenvolvida em entrevista concedida ao DN Ensino, em 3 de Julho de 2009, transcrita no site da Federação Nacional dos Professores ([www.fenprof.pt/](http://www.fenprof.pt/))
  19. Esta avaliação das famílias sobre a situação da Escola Pública em Portugal é desenvolvida no artigo “Educação: o desafio para a participação” na Revista “A Voz dos Pais”, período 2006/2007, publicada pela Confederação Nacional das Associação dos Pais, constante no site <http://www.confap.pt/paginaap.php?pagina=82>
  20. A *Declaração de Bolonha* - que desencadeou o denominado “*Processo de Bolonha*” — é um documento conjunto assinado pelos Ministros da Educação de vinte e nove países européus, em 19 de Junho de 1999, reunidos na cidade italiana de Bolonha. A Declaração marca uma mudança em relação às políticas ligadas ao ensino superior dos países envolvidos e procura estabelecer uma *Área Européia de Ensino Superior* a partir do comprometimento dos países signatários em promover reformas de seus sistemas de ensino. Os objetivos gerais da Declaração de Bolonha são: *o aumento da competitividade* do sistema europeu de ensino superior e a *promoção da mobilidade e empregabilidade* dos diplomados do ensino superior no espaço europeu. Embora a Declaração de Bolonha não seja um tratado, os governos dos países signatários comprometem-se a reorganizar os sistemas de ensino superior dos seus países de acordo com seus princípios. O acompanhamento do processo e o seu desenvolvimento é objeto de reuniões periódicas dos ministros responsáveis pelo ensino superior nos países aderentes. Tiveram lugar reuniões em Praga (2001), Berlim (2003), Bergen (2005), Londres (2007) e Louvain, em 2009. As próximas reuniões de ministros serão realizadas em Budapeste e Viena (Março de 2010) e em Bucareste (Abril de 2012).
  21. São signatários desta produção coletiva, intitulada “O Processo de Bolonha e o futuro da Universidade”: João P. Almeida Fernandes (engenheiro do Ambiente, professor associado da Universidade de Évora); Alexandre Bettencourt (projectista, professor catedrático de Ciências e Ambiente da Universidade de Évora); Christopher Bochmann (maestro, compositor, professor catedrático convidado da Universidade de Évora); Manuel J. do Carmo Ferreira (professor catedrático aposentado de Filosofia, Faculdade de Letras da Universidade



de Lisboa); Alexandre Castro Caldas (médico neurologista, professor catedrático da Universidade Católica Portuguesa); Antonio Fidalgo (professor catedrático de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior); Clara Menéres (escultora, professora catedrática da Universidade de Évora) e Raul M. Rosado Fernandes (classicista, professor catedrático jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

**Universidade de Aveiro, Portugal.**  
 Campo Univeritário Santiago, Aveiro 3810,  
 Portugal  
 CEP: 234 370 200

22. O Observatório das Actividades Culturais (OAC), criado em Setembro de 1996, é uma Associação sem fins lucrativos, tendo por associados fundadores o Ministério da Cultura, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e o Instituto Nacional de Estatística. A sua ligação e dependência do Estado é, como se vê, praticamente total, embora aberta á participação de investigadores independentes.

23. As quatro autoras do presente artigo – *originalmente, texto da Mesa Temática “Estado e Políticas Públicas Brasil e Portugal: novas configurações, desafios do presente”, apresentada na IV Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP, realizada no período de 25 a 28 de agosto de 2009* – constituem um grupo de estudos e reflexões, articulado em função de processos investigativos de cada uma das autoras. De fato, são quatro pesquisadoras que, a partir de distintos objetos, desenvolvem pesquisas que confluem para as expressões contemporâneas do Estado e, sobretudo, para análise de políticas públicas específicas nos contextos português e brasileiro.

#### **Alba Maria Pinho de Carvalho**

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, Professora Adjunto da Universidade Federal do Ceará (UFC).

#### **Maria Manuel Baptista**

Doutora em Cultura pela Universidade de Aveiro, Portugal. Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro, Portugal.

#### **Maria Michol Pinho de Carvalho**

Mestra e Doutoranda em Cultura Universidade de Aveiro - Portugal

#### **Irlene Menezes Graça**

Mestra e Doutoranda em Cultura Universidade de Aveiro - Portugal

#### **Universidade Federal do Ceará – UFC**

Av. da Universidade, 2853 - Benfica  
 Fortaleza – CE  
 CEP 60020-181